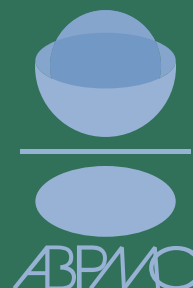




Boletim contexto

ABPMC | dezembro de 2010 | n. 33 | ISSN 2178-583X

- Considerações sobre o XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental
- Memórias de uma revolução educacional interrompida
- Análise do comportamento no cenário da ciência, tecnologia e inovação do Brasil
- A lei de proibição da palmada e a educação dos filhos
- ABPMC Comunidade: Um projeto destinado a orientar a população e capacitar profissionais da saúde e da educação
- Visão skinneriana sobre as alucinações: Vigência e revisão
- Uma reflexão sobre a velhice a partir do filme Up: Altas Aventuras
- Programa Ansiedade (AMBAN)



Diretoria ABPMC gestão 2010/2011

Presidente

Maria Martha Hübner (USP)

Vice-Presidente

Denis Roberto Zamignani (Núcleo Paradigma)

Primeira Tesoureira

Roberta Kovac (Núcleo Paradigma)

Segunda Tesoureira

Sonia Beatriz Meyer (USP)

Primeiro Secretário

Ricardo Corrêa Martone (Núcleo Paradigma)

Segundo Secretário

Roberto Alves Banaco (PUC-SP e Núcleo Paradigma)

Conselho Consultivo

Vera Regina L. Otero (Ribeirão Preto)

João Claudio Todorov (IESB Brasília)

Deisy das Graças de Souza (UFSCar)

Francisco Lotufo Neto (IPq HC FMUSP)

Maly Delitti (PUC-SP)

Maria Amalia Pie Abib Andery (PUC-SP)

Vera Raposo do Amaral (PUCCAMP)

Membros Permanentes do Conselho Consultivo

Bernard Pimentel Rangé (UFRJ)

Hélio José Guilhardi (ITCR Campinas)

Roberto Alves Banaco (PUC-SP)

Rachel Rodrigues Kerbauy (USP)

Maria Zilah Brandão (PSICC)

Wander Pereira da Silva

Maria Martha Hübner (USP)

Expediente

Boletim Contexto

Uma publicação eletrônica da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC) São Paulo, n. 33, dezembro de 2010

Coordenação editorial

Dante Marino Malavazzi

Jan Luiz Leonardi

Colaboração especial

Denis Roberto Zamignani

Maria de Lima Wang

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Musa e Silvia Amstalden



Sumário

Editorial 4

Maria Martha Costa Hübner

Considerações sobre o XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental 6

por Denis Roberto Zamignani

Memórias de uma revolução educacional interrompida 15

por Maria de Lima Wang

Análise do comportamento no cenário da ciência, tecnologia e inovação do Brasil 21

Marcelo Benvenuti

A lei de proibição da palmada e a educação dos filhos 25

Jaíde A. G. Regra

ABPMC Comunidade: Um projeto destinado a orientar a população e capacitar profissionais da saúde e da educação 29

por Dante Marino Malavazzi

Visão skinneriana sobre as alucinações: Vigência e revisão 32

José M. García Montes e Marino Pérez Álvarez

Uma reflexão sobre a velhice a partir do filme Up: Altas Aventuras 37

Ana Carolina Ceneviva Macchione e Jan Luiz Leonardi

Programa Ansiedade (AMBAN) 40

Editorial

A ABPMC é hoje, sem dúvida, uma sociedade científica e profissional que nos representa. Inicialmente (e durante muitos anos), a associação manteve os Encontros Anuais como sua atividade central, juntamente com as publicações. Mesmo atualmente, temos o Encontro Anual de nossa ABPMC como um patrimônio valioso, de alta qualidade e absolutamente necessário.

O XIX Encontro, em Campos do Jordão, foi mais uma prova disso e mais uma evidência de que nosso querido sócio e conselheiro Francisco Lotufo Neto tem razão ao afirmar que “é o melhor congresso” que ele conhece. Assino embaixo. Denis Zamignani manteve o alto nível anterior dos congressos da ABPMC e inovou, com excelente organização e lugar agradabilíssimo. Além disso, conseguimos também manter o fomento das agências governamentais FAPESP, CAPES e CNPq que, mais uma vez, viabilizaram economicamente nosso congresso.

Mas hoje a ABPMC faz mais: representa a área nas discussões nacionais, defende e estabelece novos rumos e direções, apresenta projetos junto à comunidade, indica lideranças. Por esse motivo, talvez tenha chegado o momento de iniciarmos uma nova tarefa, a de credenciar ou cancelar analistas do comportamento.

Os movimentos de associações internacionais de analistas do comportamento, especialmente as norte-americanas, nos apontam essa necessidade. Precisamos iniciar discussões a respeito, sob controle de nossas necessidades e das características de nosso País, assim como da formação nacional de analistas de comportamento.

Os EUA, no tocante ao credenciamento de analistas do comportamento, vêm passando por

experiências que podem nos ajudar a prever nosso futuro, com todas as ressalvas que uma comparação com a cultura norte-americana deve conter.

Ocorre que a ABAI, ao longo da história, abriu mão de credenciar analistas de comportamento em função de inúmeros fatores e, hoje, ele é feito por uma organização denominada BCBA, extremamente profissional e com fins lucrativos. Com isso, as políticas sobre a ciência e a profissão passaram a ser discutidas em associações separadas.

A ABA, uma organização científica, abriu mão de supervisionar a profissão. Porém, depois de algum tempo, sentiu necessidade de opinar sobre ela, por considerar que o nível de formação estava abaixo do desejado. Em outras palavras, a maior organização científica da área achou prudente voltar a opinar sobre o nível de exigência para a atuação dos analistas do comportamento.

Importante lembrar que todos os movimentos mundiais e norte-americanos relativos à necessidade de credenciamento de analistas de comportamento deram-se muito em função do imenso crescimento do interesse pela análise do comportamento, sobretudo no atendimento ao autismo.

O Brasil é hoje o maior grupo de analistas do comportamento fora dos EUA. Temos analistas experimentais do comportamento de excelência e terapeutas comportamentais de expressiva notoriedade nacional e internacional, contribuindo para o crescente interesse pela área, em franca parceria com a ABPMC.

Associações ligadas ao atendimento a pessoas com autismo procuram cada vez mais “terapia baseada em ABA” (Análise do Comportamento

Aplicada) e muitos profissionais passaram a se intitular, erroneamente, como aplicadores da "técnica ABA". Aliás, nos projetos voltados à comunidade, a ABPMC prevê para o próximo ano (2011) o início de um projeto voltado ao autismo.

Enfim, crescemos e fazemos sucesso, muito sucesso em dezenas de áreas.

Neste momento, passamos a nos perguntar se é a hora de analisarmos o nível de formação de analistas do comportamento e iniciar um sistema de credenciamento. Não é uma questão simples e nem de fácil resposta. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP) nos licenciam como psicólogos. Muitos podem concluir que esse título já basta para que sejamos bons analistas do comportamento. Outros o consideram insuficiente.

Assim, inúmeras questões, de naturezas diversas, surgem: o que é necessário para a formação de um bom analista do comportamento? É necessário credenciá-lo, face à crescente procura e sucesso da abordagem? O que, além da graduação, ele precisa cursar para tal? Devemos fazer um trabalho em parceria com os órgãos de classe para credenciar um analista do comportamento ou tal credenciamento deve ser feito por uma sociedade científica, como a ABPMC, para que as questões relativas à profissão sejam conciliadas às questões científicas e para que a

prática cultural escolhida seja bem sucedida?

Nesse sentido, a ABPMC promoverá um debate, em fevereiro de 2011, em São Paulo, na USP, sobre a questão do credenciamento de analistas do comportamento.

Antes disso, nossa associação está aberta às ideias dos sócios sobre o tema, ideias que serão compiladas, tabuladas e apresentadas neste fórum. Para tal, no início do próximo ano, enviaremos uma enquete aos sócios sobre o tema.

Mais novidades. Na Assembléia Geral de sócios, realizada durante o XIX Encontro, em Campos de Jordão, aprovamos o novo nome da ABPMC: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental. A sigla continua a mesma (ABPMC), o que representa um avanço. Aos 20 anos de existência, a ABPMC tornou seu nome mais coerente com sua prática, uma vez que ela envolve não só os terapeutas, mas todos os que trabalham na abordagem comportamental.

Enfim, crescimento à vista e novos desafios em nosso horizonte! Vamos construí-los e enfrentá-los em conjunto com nossos sócios.

Um forte abraço,

Maria Martha Costa Hübner
Presidente ABPMC | Biênio 2010/2011



Considerações sobre o XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental

por Denis Roberto Zamignani

Passadas algumas semanas do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, compartilho impressões e comentários a respeito do evento. Procurei inúmeras formas de começar este texto, sem sucesso. Foi então que me deparei com minha fala na abertura do Encontro e notei que ela expressa de maneira mais fiel a experiência de quem viveu a sua organização. Reproduzo, então, alguns trechos dessa fala e acrescento algumas informações.

O Encontro da ABPMC é o mais importante evento acadêmico e profissional de nossa área. Para a maioria de nós, é também uma oportunidade de rever amigos, conhecer pessoas que compartilham interesses e aprender com nossos mestres. Uma vez por ano, podemos reencontrar profissionais, pesquisadores, professores e estudantes de todo o País para conversar, aprender, trocar idéias, compartilhar com eles bons momentos e comemorar. Para aqueles que vêm pela primeira vez, o efeito quase inevitável é um encantamento à primeira vista. Já para os que frequentam o Encontro há algum tempo, este é um dos momentos mais esperados do ano. Quanto a mim, foi o 17º ano consecutivo em que esperei ansiosamente a sua chegada. E posso me lembrar com carinho do primeiro do qual participei...

Eu cursava o terceiro ano de psicologia e, por sugestão de meu professor, Roberto Banaco, me inscrevi no III Encontro. Um evento pequeno, se comparado às suas dimensões atuais. Mas a experiência de me encontrar face a face com aqueles que eram minhas referências bibliográficas e percebê-los tão próximos e dispostos a compartilhar seu conhecimento foi arrebatadora. A ABPMC se tornou uma das minhas grandes paixões.

Por uma série de coincidências, três anos depois eu tive a oportunidade de trabalhar junto à diretoria da ABPMC e pude acompanhar por

dois anos os bastidores de nosso Encontro. Pude aprender ainda mais sobre nossa comunidade e admirar o trabalho daqueles que se desdobravam, com sua agenda já apertada, para fazer acontecer esse evento e, sobretudo, manter a ABPMC forte e atuante.

Mas havia uma associada que me chamava muito a atenção. Seu nome era Maria Amélia Matos. Todos os anos, antes mesmo de nossa solicitação, ela era a primeira a renovar sua anuidade. Eu ficava muito curioso com esse comportamento, mas logo aprendi que ele tinha uma função muito maior do que mero cumprimento de responsabilidades. Era um recado. Um recado à diretoria e à nossa comunidade de que estávamos administrando algo muito precioso...

Aprendi com ela que a ABPMC é muito mais que um Encontro anual. A construção de uma associação com a solidez e o respeito que a ABPMC conquistou em seus 19 anos de existência é algo de importância inestimável. As publicações em análise do comportamento tiveram um enorme impulso desde a criação da ABPMC. Nunca antes uma associação de nossa classe conseguiu no Brasil o feito de reunir tantas pessoas anualmente, tampouco a longevidade que a ABPMC tem alcançado. Nossa Revista, que já tem doze anos de existência, um boletim que já chega a seu 33º número, um Encontro anual que reúne mais de 1200 pessoas há anos. E a cada ano a ABPMC obtém mais e mais conquistas. Por tudo isso, é com alegria que acompanho o número cada vez maior de pessoas que apostam na ABPMC como a sua Associação e não apenas nas proximidades do Encontro ou pelo desconto na inscrição que é oferecido aos sócios.

Vimos para este nosso XIX Encontro com o entusiasmo e a disposição de quem vibra a cada conquista alcançada por esta comunidade que tanto respeitamos e queremos bem. E é com esse entusiasmo que trabalhamos com afinco

para recebê-los de forma acolhedora, cuidando de cada detalhe para que o XIX Encontro da ABPMC fosse um evento inesquecível.

Mantivemos muitas das características que têm sido a marca dos Encontros da ABPMC. Houve um grande número de atividades (até 19 atividades simultâneas em cada dia), sempre procurando diversificar as opções a cada horário, para que todos fossem representados. Mantivemos também a postura de acolhimento que tem marcado os encontros anteriores, oferecendo oportunidade para que nossos jovens talentos pudessem expor seus trabalhos para a comunidade, junto aos seus mestres.

Mas também introduzimos algumas mudanças, sempre visando ao aprimoramento. A mudança de horário dos mini-cursos permitiu a introdução de uma terceira opção de curso para os participantes. Aumentamos um pouco a duração de cada atividade, visando a priorizar o debate. Mudamos a forma de apresentação dos painéis, que ficaram expostos durante todo o dia, com um tempo reservado para a discussão. Reinserimos na programação a atividade de supervisão pública. E inserimos a proposta de grupos de interesse específico para que pesquisadores, professores e profissionais com um tema e interesse comuns pudessem reunir-se e somar esforços para o avanço de sua área de pesquisa, ensino e atuação profissional.

Tivemos ainda um cuidado no processo de seleção dos trabalhos que compuseram este Encontro. Uma comissão científica, coordenada pelo Prof. Dr. Sérgio Vasconcelos de Luna, gerenciou a avaliação dos trabalhos propostos, o que resultou em uma programação de altíssima qualidade. Vale destacar que a Comissão não teve como objetivo a exclusão, mas principalmente a orientação aos proponentes para que os trabalhos atendessem aos critérios de clareza e relevância social e científica.

O XIX Encontro da ABPMC trouxe também uma homenagem a três nomes importantes de nossa história: pioneiros da análise do comportamento no Brasil, Rachel Rodrigues Kerbauy, Isaías Pessotti e João Claudio Todorov foram alunos da UnB, onde estudaram com nosso querido mestre Fred S. Keller.

E, como em toda grande confraternização, não poderíamos deixar de festejar. Nossa festa à fantasia, que se revelou um grande sucesso no ano passado, teve sua segunda edição neste ano

e provavelmente dará início a uma tradição nos Encontros da ABPMC...

Gostaria de apontar ainda alguns detalhes que puderam ser notados no livro de programação. Fizemos uma campanha para congregar instituições afiliadas à ABPMC. Doze instituições importantes no cenário da psicologia comportamental brasileira estão hoje afiliadas à ABPMC e são representadas neste Encontro. Como forma de agradecimento pelo apoio dessas instituições, cada sala do Encontro foi batizada com o nome de uma delas. A atribuição de salas e sua localização para cada instituição foi decidida por sorteio.

Em outras seis salas do Encontro, prestamos homenagens a pessoas que exerceram papéis importantes na história da psicologia comportamental. Este número do Boletim traz um pouco sobre a história e as importantes contribuições de cada uma dessas pessoas.

Não poderíamos deixar de lembrar de nossa querida professora Tereza Sêrio ou, como gostava de ser chamada, Têia. Têia já havia aceitado o convite para participar deste Encontro, quando foi roubada do nosso convívio. Partiu deixando grande saudade a todos que tiveram a oportunidade de assistir a suas apresentações, sempre fascinantes e apaixonadas. Em sua memória, decidimos dedicar a ela este Encontro.

Alguns dados do XIX Encontro

Mais uma vez, o Encontro da ABPMC mostrou a força da análise do comportamento e da psicologia cognitivo-comportamental no Brasil. Tivemos ao todo 1250 participantes.

Pode-se notar na Figura 1, a seguir, que houve participantes de todas as regiões do país. A região Sudeste foi a que teve um número maior de participantes, seguida pelas regiões Sul e Centro-Oeste. Sabemos que um número expressivo de associados da ABPMC é dos Estados de São Paulo e Paraná. Tal característica reflete, em parte, a distribuição dos centros de formação, concentrados principalmente nesses Estados. Mas é também verdade que até então a grande maioria dos Encontros da ABPMC ocorreu em São Paulo. Provavelmente, o deslocamento foi o fator mais relevante que dificultou a participação de pessoas das regiões Norte e Nordeste. Acreditamos que a realização do XX Encontro, em Salvador, será importante para uma maior participação dos moradores dessas regiões.

Participantes do XIX Encontro por região

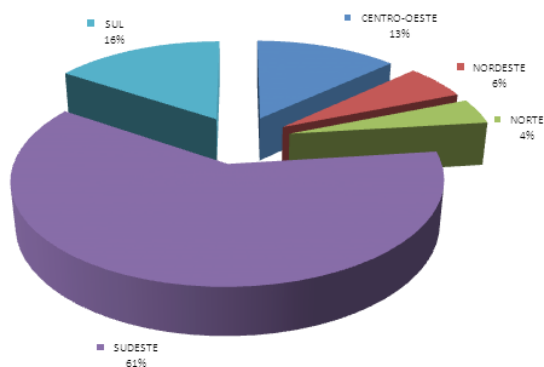


Figura 1. Distribuição dos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental por região do Brasil.

A Figura 2 mostra a distribuição dos participantes do Encontro por categoria. É importante notar a distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes categorias. A expressiva participação de profissionais já graduados (30% profissionais + 38% pós-graduandos, que interpretamos como pessoas firmes em sua escolha pela abordagem) mostra a maturidade da ABPMC como entidade representativa da área. Mas também é importante para a longevidade da associação a renovação de seu quadro de associados, o que é possibilitado pela grande participação de estudantes de graduação (42%).

Participantes do XIX Encontro por categoria

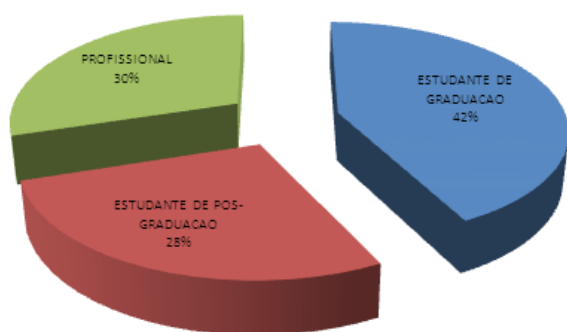


Figura 2. Distribuição dos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental por categoria.

Avaliação do Encontro

Cento e cinquenta e duas pessoas preencheram o formulário de avaliação do Encontro (pouco acima de 10% dos participantes). Apresento a seguir os dados obtidos a partir da avaliação dos diferentes grupos de itens do formulário de avaliação. As figuras a seguir (Figuras 3 a 11) foram elaboradas a partir das médias obtidas em cada um dos grupos.

a) Quanto à comunicação da ABPMC e divulgação do Encontro (que inclui os itens material gráfico, distribuição do material gráfico, site do Encontro, site da ABPMC, mala direta, Twitter, Facebook, Boletim Contexto e comunicação institucional): pode-se notar na Figura 3 que, em média, 88% dos participantes qualificaram esse quesito como bom ou excelente, enquanto 11% qualificaram como fraco. A maioria das reclamações diz respeito à demora na atualização do site e à necessidade de reformulação do site da ABPMC. Em destaque (Figura 4), a aprovação do Boletim Contexto por 99% dos participantes. Vale ressaltar que, durante todo o ano, procuramos aumentar as possibilidades de comunicação com nossos associados, fazendo uso das redes sociais e de nosso mailing. Ainda, ocorreram muitos retornos de e-mails enviados, seja por mala direta, seja diretamente. Peço que os associados informem a Associação quando houver mudança de endereço eletrônico, para que possamos sempre enviar atualizações e informações.

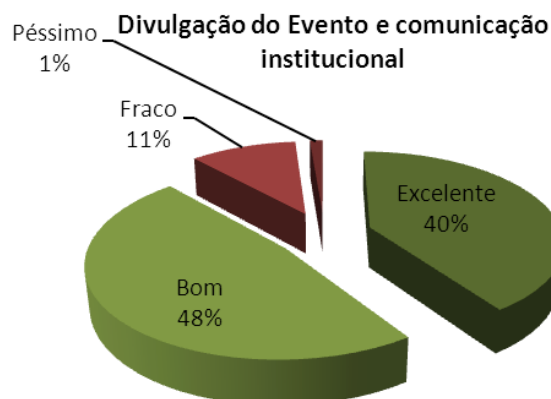


Figura 3. Média da avaliação do quesito Comunicação Institucional e Divulgação do Evento e comunicação institucional pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

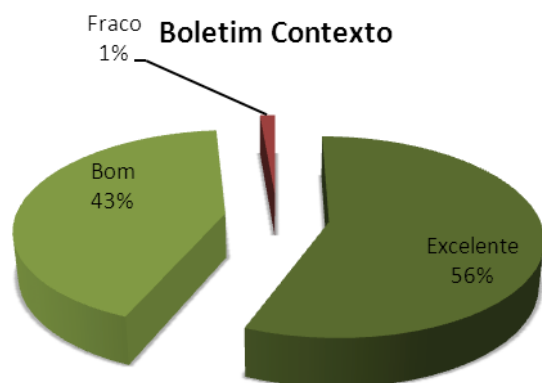


Figura 4. Avaliação do Boletim Contexto pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

b) Quanto aos sistemas para submissões e inscrições (que inclui os itens sistema para inscrição de associados e pagamento de anuidade, sistema para inscrição no evento, sistema para inscrição em grupos, sistema para seleção de mini-cursos, sistema para submissão de trabalhos, prazos para submissão e avaliação de trabalhos e sistema de avaliação de trabalhos): de acordo com a Figura 5, em média, cerca de 77% dos participantes que responderam à pesquisa avaliaram esse quesito como bom ou excelente. Entretanto, é importante considerar que alguns itens que compõem esse grupo foram bastante problemáticos, como os sistemas eletrônicos para a inscrição de grupos (39% de reprovação), a seleção dos mini-cursos (35% de reprovação) e a submissão e avaliação de trabalhos (23% de reprovação). Esses índices refletem os inúmeros problemas ocorridos ao longo do processo que, apesar de nosso esforço, fugiram ao nosso controle. Estamos trabalhando desde já para solucionar esses problemas e tornar mais confortável todo o processo de inscrição, submissão e avaliação de trabalhos, com um sistema completamente modificado.

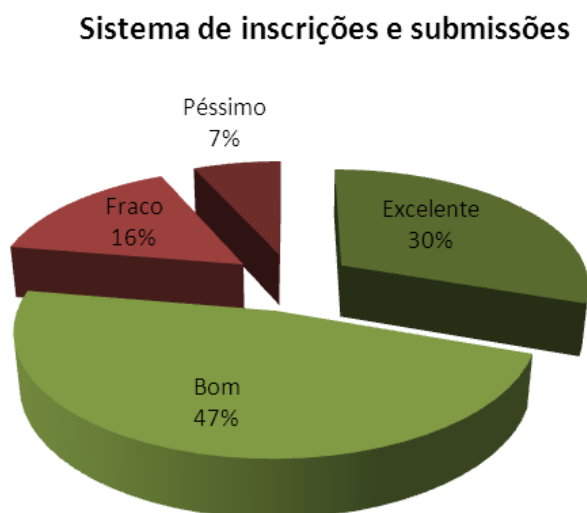


Figura 5. Média da avaliação dos sistemas para inscrição e submissão de trabalhos pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

c) Quanto ao transporte (que inclui os itens localização da cidade, acessibilidade, transporte aéreo, transfer – vans e ônibus -, malha viária e sinalização na cidade): de acordo com a Figura 6, em média, 73% dos participantes avaliaram positivamente esse quesito. Entretanto, dentro desse grupo encontra-se um dos itens avaliados pela própria diretoria como mais deficientes. Infelizmente, ocorreram inúmeros problemas com a empresa contratada para a organização do transporte por vans e ônibus (a Campos do Jordão Eventos), que causaram grandes transtornos aos participantes do Encontro (Figura 7 – 68% de reprovação) do aeroporto até Campos do Jordão. Pedimos nossas sinceras desculpas a todos os que foram prejudicados e cuidaremos para que problemas semelhantes não ocorram em eventos futuros.

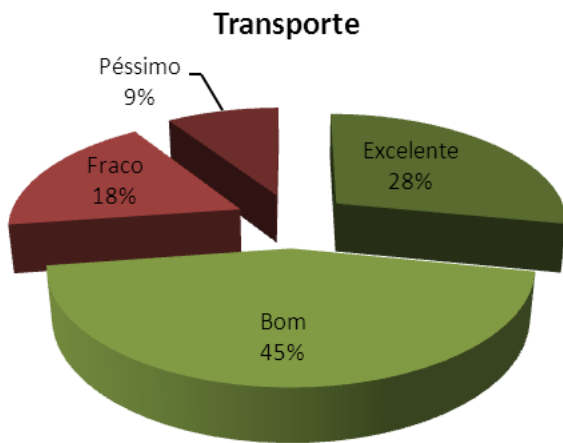


Figura 6. Média da avaliação do transporte pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

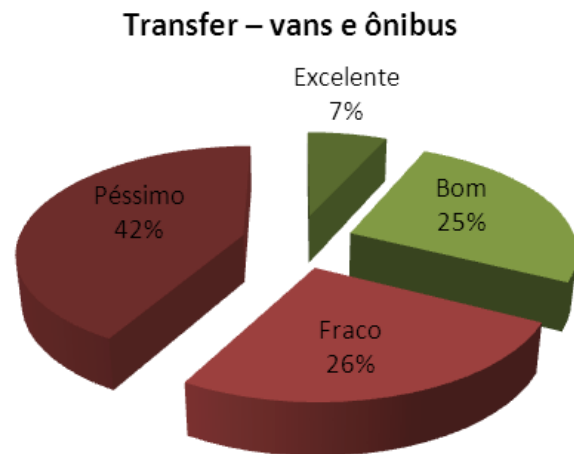


Figura 7. Avaliação do serviço de transfer por vans e ônibus pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

d) Quanto à estrutura física (que inclui os itens cidade de Campos do Jordão, infraestrutura hoteleira, infraestrutura gastronômica, hotel no qual se hospedou, centro de convenções principal, centro de convenções Hotel Serra da Estrela, distribuição das salas, qualidade das salas e mobiliário, sinalização no evento, mobilidade entre as diferentes estruturas, estrutura para a exposição de painéis, organização dos expositores e estrutura para a festa de confraternização): pode-se notar na Figura 8 que, em média, cerca de 86% dos respondentes avaliaram positivamente as estruturas destinadas à organização do XIX Encontro. O item desse grupo que foi pior avaliado foi a estrutura para montagem de

painéis e para a festa de confraternização (28% e 30% de avaliações negativas, respectivamente) e cuidaremos para que sua organização seja melhor no próximo evento. Quanto à festa, há uma informação que acredito seja importante de ser compartilhada. Previamos cerca de quatrocentas pessoas para a festa e tivemos pelo menos o dobro de participantes. Com isso, apesar do enorme sucesso, a estrutura foi insuficiente para acolher adequadamente a todos os participantes. No próximo evento, portanto, pretendemos organizar um sistema de inscrições prévias para que não haja surpresa. Vale destacar ainda que ambos os centros de convenções (Hotel Serra da Estrela e Campos do Jordão Arts and Convention Center) receberam 95% de avaliação entre bom e excelente.

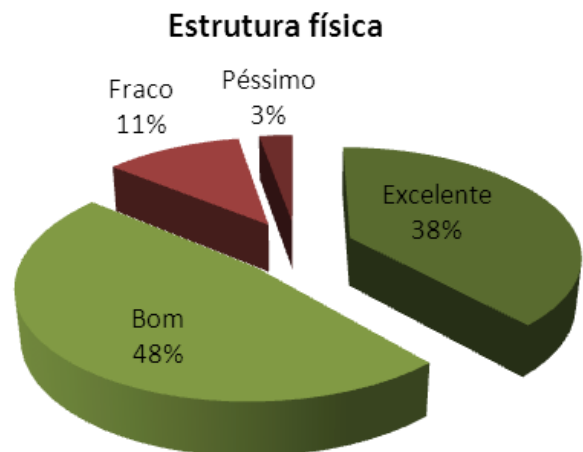


Figura 8. Média da avaliação da estrutura física pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

e) Quanto aos serviços (que inclui os itens recepção no hotel, credenciamento no evento, credenciamento de convidados, recepção de convidados, monitoria, coordenação geral, suporte audiovisual, segurança, limpeza, serviço médico, *coffee break*, lanchonete no centro de convenções, restaurantes, logística e informações sobre alimentação, massoterapia, expositores, cobertura fotográfica, cobertura audiovisual): a Figura 9 mostra que, em média, 81% dos participantes avaliaram positivamente os serviços. Entretanto, é importante notar a baixa aprovação dos serviços de *coffee-break* (61% avaliados como ruins

ou péssimos). Outro problema enfrentado pela diretoria é a demora na emissão dos certificados pela empresa contratada. Estamos fazendo o possível para conduzir a resolução desse problema de forma satisfatória. Pedimos àqueles que ainda não receberam seus certificados que entrem em contato com a secretaria da ABPMC pelo seguinte endereço eletrônico: abpmc@abpmc.org.br

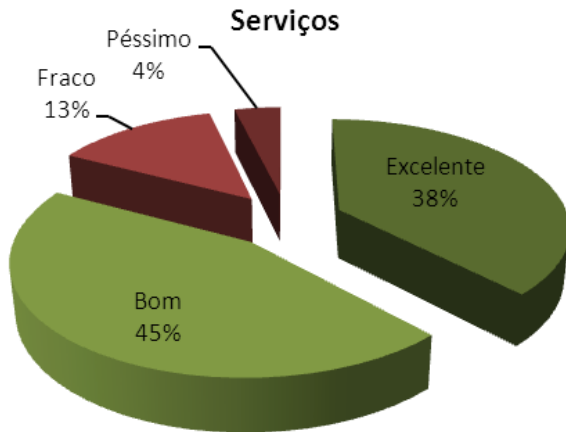


Figura 9. Média da avaliação dos serviços pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

Quanto ao material distribuído no evento (que inclui livro de programação, qualidade gráfica do livro de programação, facilidade para localização das atividades no livro de programação, pasta, Revista RBTCC, material de divulgação de instituições afiliadas, bloco de notas e crachá): como se pode notar na figura 10, na média, 90% dos participantes avaliaram positivamente esse quesito. De fato, esse aspecto foi especialmente cuidado pela organização do Encontro, que buscou não apenas facilitar a localização de cada uma das atividades distribuídas pelos diversos horários, mas introduziu, pela primeira vez nos Encontros da ABPMC, um índice onomástico que permitia a rápida localização dos expositores de trabalhos científicos.

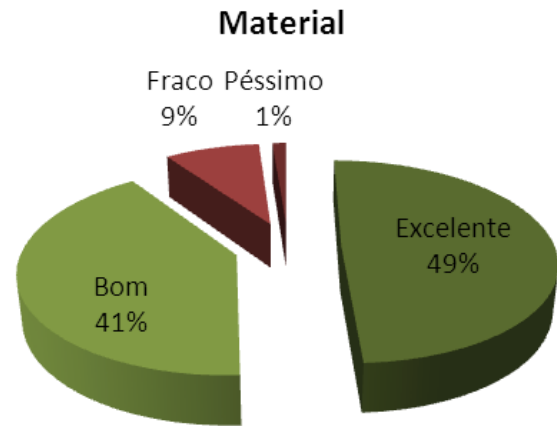


Figura 10. Média da avaliação do material pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

Quanto à programação (que inclui os itens qualidade geral da programação, quantidade de atividades simultâneas, distribuição das atividades, variedade dos temas abordados, relevância dos temas abordados, abertura, mini-cursos, palestras, Primeiros Passos, ABPMC Comunidade, mesas redondas e simpósios, organização da seção de lançamento de livros, organização das comunicações orais, organização da seção de painéis, festa de confraternização, encerramento, homenagens, assembléia): nota-se na Figura 11 que a programação foi avaliada positivamente por 91% dos respondentes. Esta avaliação reflete ao que temos assistido nos eventos e programas dos Encontros da ABPMC: o conteúdo dos trabalhos tem sido, historicamente, de excelente qualidade e dá subsídios à declaração anterior de que é um encontro de aprendizagem e troca de informações entre profissionais e estudantes.

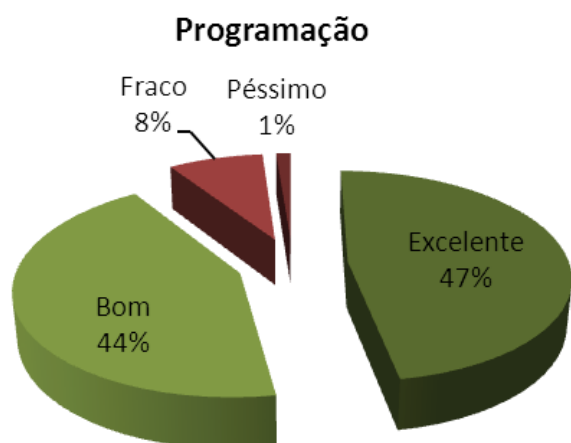


Figura 11. Média da avaliação da programação de atividades pelos participantes do XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

Agradecimentos

Quero registrar nosso agradecimento às agências de fomento CAPES, CNPq e FAPESP, pelo importante apoio financeiro.

Não posso deixar de registrar também o nosso mais profundo agradecimento às muitas pessoas que se dispuseram a contribuir, compondo as diferentes comissões ou ajudando em muitas tarefas grandes ou pequenas que foram surgindo ao longo da elaboração do Encontro. Os nomes completos e a instituição de cada um deles podem ser encontrados no livro de programação, mas faço questão de citá-los nesse texto. Dante, Jan e Maria, que aceitaram com entusiasmo assumir a comunicação da ABPMC e a função de editores do nosso Boletim Contexto. Professor Sérgio Luna, que somou à sua já intensa agenda a difícil tarefa de coordenar a Comissão Científica do XIX Encontro. A ele se juntou um grupo de colegas de seriedade e competência admiráveis, Cláudia, Denigés, Dhayana, Lívia, Natália, Nicodemos, Ricardo e Thaís, que assumiram a equipe executiva da Comissão. Gabriel, que assumiu comigo a coordenação geral, no que contamos com a ajuda da dupla Victor e Emerson (ambos trabalharam comigo mais de duas horas por semana ao longo de todo o ano). Joana Singer, que abraçou com toda a dedicação a coordenação do trabalho de monitoria, contando com apoio e dicas inestimáveis de Silvio Botomé e Olga Kubo. E, claro, aos 50 monitores que se dispuseram a

trabalhar conosco nessa enorme tarefa. Regina, Miriam, Catarine e Márcia, que assumiram a coordenação do ABPMC Comunidade com todo carinho. Tatiana e Marina, que abraçaram com afinho a missão de angariar apoio de instituições afiliadas, trazendo para este Encontro o apoio de doze instituições de todo o País. Lygia, que aceitou o pedido para coordenar a equipe de divulgação e captação de recursos, junto dos amigos Alda, Gisa, Ana Beatriz, Bia, Natália e Sueli – e que conseguiram atrair 18 expositores para o Encontro! Sem nenhuma dúvida, posso garantir que, sem esses parceiros, a organização do Encontro seria impossível.

Gostaria também de agradecer aos dirigentes das instituições afiliadas e dos expositores pelo apoio inestimável. A ABPMC precisa de iniciativas como esta.

Relato também minha grande satisfação em contar na diretoria com colegas tão atuantes e parceiros, como Maria Martha, Roberto, Roberta, Sonia e Ricardo. Maria Martha, nossa presidenta, liderou com dedicação e com seu bom humor habitual a ABPMC e tem sido uma grande parceira de trabalho. Declaro também minha gratidão eterna à Roberta e ao Roberto, cuja tolerância, carinho, dedicação e companheirismo sou incapaz de descrever em palavras... o que seria de tudo isso sem vocês?

Considerações finais

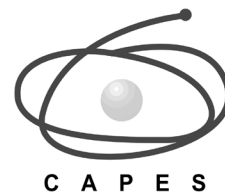
A avaliação de um encontro desta dimensão é algo que não diz respeito apenas a fatos, mas também a valores e visões de mundo. Temos uma comunidade bastante heterogênea e cada membro dessa comunidade prioriza diferentes aspectos em um encontro científico. As decisões da atual diretoria foram pautadas em alguns princípios. Queremos proporcionar as melhores condições para que ocorra o debate científico e, por isso, o cuidado com equipamentos de qualidade, equipe de apoio audiovisual em todas as salas, monitores de apoio em todas as atividades, um cuidado com a seleção de trabalhos para a programação científica e com a boa qualidade gráfica do site do Encontro e da elaboração do livro de programação. Mas também acreditamos que o Encontro da ABPMC é uma oportunidade única que temos ao longo do ano de encontrar amigos e colegas pelos quais temos grande afeto e conhecer novos integrantes dessa comunidade pela qual temos tanto apreço. Nesse sen-

tido, o Encontro é também um evento social. E, como tal, devemos cuidar dos detalhes para que as pessoas sejam recebidas com o conforto merecido, que as instalações, tanto do centro de convenções quanto dos hotéis, sejam confortáveis, a um custo razoável, e valorizamos a festa de confraternização e as atividades sociais que se dão ao longo de evento. Acreditamos que o afeto é a “cola” que mantém o grupo coeso. E serão esses os princípios que regerão as ações da diretoria enquanto estivermos à frente da ABPMC. Essa declaração de princípios não implica rigidez. Estamos abertos ao diálogo e para ouvir todas as queixas, reclamações e sugestões de nossos associados, desde que elas levem à construção de uma associação cada vez mais fortalecida. Enquanto essas propostas forem de acordo com os princípios compartilhados pela equipe, faremos o possível para colocá-las em prática e convidamos aqueles que estiverem interessados em contribuir na sua execução a que se juntem a nós.

Encerro este texto reafirmando que todos os que estiveram envolvidos na organização deste evento deram o máximo de si para que tudo funcionasse da melhor forma possível. Entretanto, sabemos que ocorreram falhas e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para saná-las, mas sabemos também que outras ocorrerão e pedimos aos colegas que, em qualquer momento que detectarem essas falhas, nos apontem a tempo de corrigí-las.

Os quatro dias de encontro foram, como esperado, repletos de experiências de aprendizado, troca de informação e de afeto. E esperamos que nossa associação continue sendo um contexto de colaboração, respeito e amizade, para que os próximos encontros sejam ainda mais proveitosos.

O XIX Encontro da ABPMC foi financiado por



Instituições afiliadas à ABPMC



IBAC - Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento
Brasília, DF
www.ibac.com.br



PsicC - Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento
Londrina, PR
www.psicc.com.br



CeAC - Centro de Análise do Comportamento
São Paulo, SP
www.ceaconline.com.br



IPQ - Programa de Ansiedade (AMBAN)
Instituto de Psiquiatria HC FMUSP
São Paulo, SP
www.amban.org.br



Instituto Godoy
Brasília, DF
www.ingodoy.com.br

Instituições afiliadas à ABPMC (continuação)



ITCR - Terapia por Contingências de
Reforçamento
Campinas - SP
www.terapiaporcontingencias.com.br



Interac - Instituto de Terapia
Comportamental
São José dos Campos - SP
www.interac.com.br



PSICOLOG Instituto de Estudos
do Comportamento
Ribeirão Preto - SP
www.psicolog.com.br



Gradual Grupo de Intervenção
Comportamental
São Paulo - SP
www.grupogradual.com.br




ITECH - Instituto de Terapia e Estudo
do Comportamento Humano
Campinas - São Paulo
www.itechcampinas.com.br



Núcleo Paradigma de Análise do
Comportamento
São Paulo - SP
www.nucleoparadigma.com.br



Curso de Especialização em Terapia
Comportamental e Cognitiva -
Hospital Universitário
USP- Universidade de São Paulo
www.terapiacomportamentalsp.com.br



Memórias de uma revolução educacional interrompida

por Maria de Lima Wang

Kerbaury, Pessotti e Todorov relembram a criação de um projeto revolucionário de ensino, usado no primeiro curso de psicologia da UnB, sob liderança da professora Carolina Bori.

O professor João Claudio Todorov havia concluído bacharelado em psicologia na USP, em 1962, quando se juntou ao grupo de Brasília, formado inicialmente por Carolina Bori, Rodolpho Azzi e Gilmour Sherman. O convite a Todorov veio de Sherman, que substituíra Fred Keller na USP, quando Carolina Bori recebeu de Darcy Ribeiro, então reitor da Universidade de Brasília, a proposta para que ela coordenasse a criação do Departamento de Psicologia da UnB.

Diz Todorov que o convite de Sherman mudou sua vida. Deixou de lado uma carreira como analista de cargos e salários na General Electric (GE), na qual, entre outras atribuições, realizava pesquisas sobre motivação de pessoal. Iria a Brasília sem salário, como bolsista de pós-graduação e como monitor de ensino. O valor da bolsa era metade do salário que recebia na GE. Embora tivesse de deixar seu emprego em uma multinacional e ganhar menos, as perspectivas do projeto de Brasília eram muito promissoras. “Brasília era o futuro do Brasil”, afirma Todorov, acrescentando que a proposta do grupo era montar um curso de Análise Experimental do Comportamento com o que havia de mais moderno na área.

A professora Rachel Rodrigues Kerbaury graduou-se em pedagogia no Sedes Sapientiae, em 1955. Havia trabalhado como professora em várias instituições de ensino – e até como diretora de colégio – quando começou a ter dúvidas sobre “a psicologia que praticava”. Soube que um professor norte-americano estava dando aula de Psicologia Experimental na USP. Procurou o

professor e descobriu que ele havia voltado para os Estados Unidos, mas era substituído por outro americano, Gil Sherman.

Rachel conta, com entusiasmo, que assistiu a uma aula de Sherman sobre encadeamento, em que Sherman colocou um ratinho na sala e deu a aula de acordo com o desempenho do animal. Rachel descreve a aula de Sherman como uma das mais bonitas a que já assistiu. “Ao mostrar o rato trabalhando e explicar o comportamento do animal, ficava explícito como o comportamento aparecia e era mantido”, diz. Algumas questões que a jovem professora tinha sobre sua psicologia começaram a ser respondidas naquela aula. “Descobri o mundo”, afirma Rachel, que relata que depois de assistir à aula de Sherman decidiu que “era aquilo que queria estudar.”

Na mesma época, Rachel havia conseguido uma bolsa de estudos da FAPESP para fazer especialização sobre deficiência mental na França. Chegou a pensar em desistir da bolsa porque agora queria estudar Psicologia Experimental com o grupo da USP. Foi aconselhada por Carolina a ir para a França, pois a especialização fora representava experiência importante para a carreira de Rachel como pesquisadora. Ficou subentendido, diz Rachel, que ao voltar da França ela poderia procurar novamente o grupo de Psicologia Experimental da USP.

Foi o que fez. Ao voltar da França, Rachel preparou um projeto de estudo sobre discriminação operante para solicitar uma bolsa à FAPESP. Comentou sobre seu projeto com Rodolfo Azzi – descobriu, depois, que ele era parecerista

da FAPESP – e Rodolpho pediu para dar uma olhada no projeto. Depois de ele ler o texto e esclarecer dúvidas com Rachel, Azzi disse que, em vez de submeter aquele projeto à FAPESP, Rachel iria para Brasília fazer pós-graduação na UnB, na abertura do curso de psicologia da universidade.

Graduado em psicologia pela USP, em 1955, o professor Isaías Pessotti trabalhava com Carolina Bori em Rio Claro, quando ganhou uma bolsa para estudar na Itália. Estava em Milão quando recebeu uma carta de Carolina. A professora informava que Pessotti havia sido contratado como professor-assistente da UnB. “Fui contratado para trabalhar com o grupo à revelia”, afirma Pessotti. Com a carta, recebeu passagem e cópia de chave de um apartamento dentro da UNB, o que foi considerado por ele um grande privilégio. Pessotti juntou-se ao grupo, em Brasília, no início de 1965.

O grupo começou a trabalhar em São Paulo nos preparativos para Brasília um ano antes do início efetivo do curso. Carolina, Rodolpho e Sherman viajaram aos Estados Unidos para comprar equipamentos, livros e conhecer departamentos de psicologia de universidades americanas. Mário Guidi trabalhava na construção de equipamentos que seriam usados no laboratório. Por sugestão de Carolina, Todorov fez o curso de licenciatura em psicologia na USP, já se preparando para a pós-graduação. Paralelamente, iniciou a tradução de *Science and Human Behavior*, sob a coordenação de Rodolpho Azzi, material que seria usado no curso de Brasília.

A chegada a Brasília

O grupo chega a Brasília em maio de 1964 para iniciar, na universidade, os preparativos para o curso que começaria no segundo semestre daquele ano. De acordo com Todorov, Carolina e Rodolpho estavam abalados com o golpe militar e não sabiam bem o que fazer. Naquela altura, Darcy Ribeiro havia deixado a universidade e teve de fugir do País. Foi substituído por Zeferino Vaz, que assegurou a continuidade do projeto do grupo da USP na UnB.

Além de Rachel e Todorov, outros alunos de pós-graduação integravam o grupo de Brasília. Em palestra apresentada na abertura da Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, em 1983, publicada com o título “Imagens da Vida de um Professor” na

revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (volume 12, de 1996), Keller menciona, além de Rachel e Todorov, Luiz Oliveira, Luiz Otávio e outros. Keller descreveu a chegada à capital federal nos seguintes termos: “Então, o grupo todo, de carro ou de avião, com os livros e equipamentos, ‘baixou’ na cidade com as famílias e pertences, hospedando-se provisoriamente nos hotéis elegantes. Luiz Marcellino de Oliveira, um de nossos candidatos a grau de Mestre, já estava lá, e serviu como nosso guia. Logo depois vem Rachel Rodrigues (agora Kerbauy), Luiz Otávio de Seixas Queiroz, João Claudio Todorov, Mário Guidi e alguns outros ... sob a liderança da nossa Coordenadora, Dona Carolina, um departamento era estabelecido, com um laboratório, um viveiro, uma biblioteca, salas de aulas, e escritório para todo o pessoal. O Mário montou uma oficina mecânica e começou a construção de um aparelho novo. Um curso introdutório era planejado pelo Rodolfo, com aprovação de todos. Conselheiros distintos foram selecionados pelo Departamento para orientá-lo, e dois professores foram convidados para fortalecer o currículo em várias dimensões”. Mais tarde Keller afirmaria em sua biografia que não se podia imaginar uma equipe mais eficiente do que aquela.

Antes de iniciar oficialmente o curso com alunos de graduação, o material didático foi testado com os alunos de pós-graduação. Segundo Rachel, Rodolpho escrevia um experimento, os monitores faziam experimentações no laboratório e descobriam que aspectos deveriam melhorar. Essa forma de trabalho produzia benefícios duplos para a equipe. “A gente estava aprendendo”, afirma Rachel, “e eles [os professores] aproveitando nossas considerações sobre o material”.

Em agosto de 1964, inicia-se, finalmente, o primeiro curso de psicologia da UnB com o *Sistema Personalizado de Ensino* (PSI), nascido do trabalho de Carolina Bori, Fred Keller e colaboradores. Talvez seja conveniente recorrer a uma fonte fora da análise do comportamento para se ter noção sobre o impacto do trabalho do grupo da USP na UnB naquela época. O físico e engenheiro Roberto A. Salmeron descreveu o método de ensino do grupo em seu livro *A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965* (Editora UnB, 1998) como “grande avanço pedagógico” e “um bom exemplo de que contato estreito entre pesquisadores é indispensável não só para o progresso da ciência, mas também ao

do ensino". Classificou o ensino de psicologia na UnB como "original, novo, não somente no Brasil como em nível internacional" e caracterizou o novo sistema de ensino como segue: "O método consiste em uma programação dos estudos na qual o aluno é orientado para que desenvolva suas capacidades e aprenda a enfrentar problemas; recebe com antecedência o curso teórico redigido, assim como textos complementares, e deve realizar uma série de experimentos preparados com instruções básicas. Fica motivado, porque pode ler o conteúdo das aulas antes de assistir a elas, o que facilita e aprofunda a sua compreensão. Faz sozinho as experiências, mas com a possibilidade de manter diálogo com o professor e com colegas. Fundamentalmente aprende a trabalhar e a aprender, com a mesma atitude mental de um processo criativo".

Salmeron menciona em seu livro outras vantagens do método, como o fato de o aluno progredir de acordo com o próprio ritmo, trabalhar nos momentos mais apropriados, sem contar com data fixa para as atividades: "Ele mesmo escolhe a ocasião em que deseja ser arguido, para que o professor julgue se a tarefa pode ser considerada terminada ou se há algo ainda a fazer, antes de passar para a tarefa seguinte. Como podemos imaginar, o método exige dedicação e muita presença do corpo docente".

A programação do material era aprimorada constantemente com base no retorno do aluno, criando um entrelaçamento com potencial para ser mutuamente reforçador para o grupo. Questões sobre o texto geralmente eram incorporadas ao material de estudo. "Aquilo era um reforço para o grupo", afirma Rachel, para quem a participação do aluno também era ativa nesse sentido. As instruções de estudo eram rigorosamente preparadas para assegurar que se o aluno seguisse à risca essas instruções teria sucesso na tarefa. Problemas que o próprio aluno pudesse resolver deveriam ser deixados para ele resolver. Rachel conta que os monitores discutiam os experimentos antes, com o aluno, mas no laboratório não podiam esclarecer dúvida, porque o aluno tinha de saber seguir instrução.

De acordo com Rachel e Todorov, o primeiro semestre do curso, quando foi ensinado *Introdução à Análise Experimental do Comportamento 1* (IAEC 1), foi marcado pela alta velocidade da aprendizagem dos alunos, a ponto de os monitores, assim como Rodolpho

Azzi, que programava o material de ensino, terem de se apressar para não ser superados pelos alunos.

Isaías Pessotti, ao chegar à UnB em 1965, foi encarregado por Rodolpho Azzi de preparar o curso de *Introdução à Análise Experimental do Comportamento 2* (IAEC 2). O curso incluía leituras e experimentos relacionados com comportamento humano. A tarefa de Isaías envolvia propor experimentos; preparar material para leitura; organizar seminários; gravar aulas que ficavam à disposição dos alunos. Para Pessotti, o ensino empregado em Brasília foi resultado de métodos já adotados por Paulo Sawaya, na USP, e por Carolina Bori, em Rio Claro. Tanto que considera que o primeiro curso de ensino programado foi dado por Carolina em Rio Claro, e não em Brasília. A diferença, segundo Pessotti, foi que em Brasília o grupo teve assessoria de Sherman e o reconhecimento dos demais departamentos da universidade.

Pessotti faz uma analogia entre o Departamento de Psicologia da UnB e um supermercado: o grupo oferecia curso de psicologia para quem estivesse interessado na área: músico, arquiteto, engenheiro. "Formaram-se grupos de alunos de primeira linha", afirma Pessotti. "Médicos, engenheiros, geneticistas passaram a nos respeitar", diz.

Sobre o fim das atividades de um grupo e o início do trabalho de outro grupo na UnB

Em outubro de 1965, com novo reitor nomeado pelo presidente da República, cresce a pressão militar sobre a UnB. Rodolpho Azzi descreveu a situação na universidade em carta a Keller, publicada na autobiografia do colega norte-americano, intitulada *At My Own Pace: The Autobiography of Fred S. Keller*, organizada pela editora Sloan Publishing (2008). Revela que o reitor se alinhou aos militares contra professores e estudantes da universidade. No auge da crise, 16 professores foram demitidos da UnB, entre eles o próprio Rodolpho Azzi, braço direito de Carolina. Carolina pede demissão e volta para a USP. A maioria dos professores do departamento deixa a universidade em solidariedade a ela. "Estávamos fazendo uma universidade modelo e a ditadura percebeu isso", afirma Pessotti. "Era preciso dissolver aquele grupo", diz. Isaías Pessotti volta para a Itália; Rachel vai para o Sedes. Alunos e professores

que participaram daquele projeto revolucionário e promissor se espalham pelo Brasil. A essa altura, Todorov fazia doutorado na *Arizona State*, mesma instituição a que Keller e Sherman estavam vinculados desde agosto de 1964.

Na referida carta a Keller, Azzi informa que o novo reitor exigiu mudanças na orientação do departamento de psicologia para “atender às necessidades sociais do País” e Robert Berryman, professor norte-americano convidado pela UnB, estaria, segundo o reitor, de acordo com a nova orientação. A UnB contrata alunos de pós-graduação para continuar as atividades na instituição. Conforme Todorov, duas turmas de 1965 não concluíram o curso.

Para Todorov, após o episódio da demissão de professores, o grupo de Brasília se dividiu entre “os amigos que deixaram a universidade e os que ficaram nela”. Mesmo contrariando o desejo de Keller, Berryman ficou no grupo dos que permaneceram na universidade. Alegou, segundo Todorov, que seu compromisso era com a análise do comportamento e não com questões políticas do Brasil. Outros professores brasileiros e estrangeiros foram convidados a lecionar na universidade e retomar as atividades.

Aparentemente, ainda hoje essa questão em torno de quem ficou e quem saiu da UnB naquela época provoca polêmica entre analistas do comportamento. Na entrevista para esta matéria, Todorov mencionou a entrevista de Carolina Bori com ele, realizada muito tempo depois dos acontecimentos de Brasília. Ele notou que Carolina abriu a entrevista perguntando-lhe por que ele voltou para a UnB após a dissolução do grupo.

Para o professor Todorov, que mais tarde se tornaria reitor da UnB, apesar dos acontecimentos dramáticos que dividiram o grupo, Brasília transformou-se em “um centro irradiador de pessoas”, contribuindo de forma marcante para disseminar a análise do comportamento pelo Brasil. Pessotti também diz acreditar que o florescimento da análise do comportamento é produto daquele êxodo. Ele destaca duas características principais dos integrantes do grupo: preparo científico rigoroso e comprometimento com a construção de um Brasil diferente do País daquela da época.

Questões sobre o efeito do trabalho do grupo de Brasília na educação

Algumas questões sobre a história do grupo de Brasília parecem permanecer sem resposta ou suas respostas continuam sem consenso até entre analistas do comportamento que foram testemunhas oculares ou personagem da referida história. Uma dessas questões foi feita por Keller em sua biografia: “*Que teria acontecido sem o Golpe Militar de 64 e sem a intervenção dos militares na UnB?*”. O próprio Keller responde que talvez nunca venhamos a saber. Lamenta a dor e o sofrimento causado por todos envolvidos no projeto. “O sonho de Rodolpho Azzi foi despedaçado e seu futuro acadêmico destruído”, escreveu Keller.

Outra questão se refere ao impacto da análise do comportamento na educação. Com um início tão promissor, contando com um grupo de professores e alunos tão bem preparados, com estrutura adequada, por que a análise do comportamento pouco influencia as práticas educacionais brasileiras? João Claudio Todorov, Isaías Pessotti e Rachel Kerbauy apontam possíveis razões.

Todorov considera que o curso programado para o segundo semestre na UnB (IAEC 2), tratando apenas de comportamento humano, não se consolidou como o curso dado no primeiro semestre (IAEC 1). No primeiro curso, o grupo contava com o livro do Keller, com experiências anteriores, como as de São Paulo. O curso de IAEC 2 ainda estava sendo organizado pelos professores, sem falar que o curso estava ocorrendo no auge do cerco militar sobre a universidade.

Outro ponto importante, a seu ver, foi o fato de Carolina Bori (Todorov se refere a ela como “o grande nome da USP”) voltar a ser a “velha Carolina de antes”, quer dizer: voltada para fortalecer a psicologia como ciência, a pesquisa pelo método experimental rigoroso, orientando alunos de diferentes abordagens. Todorov refere-se, ainda, ao que define como arrogância de analistas do comportamento em achar que fora de sua área não existe psicologia científica. “Ao afirmar que ciência é o que fazemos, atraímos a ‘maldição’ para nós”, diz ele, que considera que todos eram arrogantes. “Achávamos que Skinner e a análise do comportamento eram o futuro e o resto desapareceria.”

Para Rachel, uma das razões para a falta de adesão ao ensino programado, conforme usado em Brasília, é o fato de ele ser muito trabalhoso. O professor tem de trabalhar muito na progra-

mação do ensino, no preparo de várias atividades, nas avaliações constantes. A professora levanta também a possibilidade de o método ter se tornado aversivo para os alunos. Lembra que houve uma época na USP em que a avaliação se dava por meio de entrevista com outro aluno. Um aluno tomava o ponto do outro para saber se o colega sabia aquele passo. Essa situação pode ter promovido competição entre os alunos. Além disso, o professor dava seminários só de vez em quando. Para Rachel, talvez tenha faltado planejar melhor as interações entre professor e aluno. Por essas razões, a professora supõe que o curso de Psicologia Experimental pode ter se tornado mais aversivo para o aluno em comparação com outros cursos de psicologia.

O terceiro aspecto mencionado por Rachel – enfatizado também por Todorov – refere-se ao fechamento do grupo de analistas do comportamento em si. Segundo a professora, não era fácil entrar no grupo por que “analistas do comportamento achavam que tinham algo pronto e aquilo era o melhor”. “Ninguém gosta de não ser considerado bom”, diz. “Como entrar em um grupo em que somos rejeitados?”, questiona Rachel.

Isaías Pessotti acredita que a falta de impacto da análise do comportamento na educação se deve, em parte, à omissão do pesquisador, que, segundo ele, está interessado em resolver questões relativas à sua pesquisa. “Cada um faz sua pesquisa para responder a estudos do JEAB e muito menos para instrumentar o aluno para mudar a sociedade”, afirma Pessotti, que diz acreditar que existe uma barreira entre pesquisador e educador. “A pesquisa experimental”, afirma Pessotti, “termina na revista”. Para Pessotti, são os clínicos que estão ajudando a mudar a sociedade.

Pessotti critica o que chama de “política míope” da universidade, pela qual se premiam pessoas que mais publicam, em vez de pessoas que sabem mais e mais ensinam. Considera que o fato de a publicação ser crucial para o crescimento na carreira acaba por desestimular o trabalho no ensino de graduação. Para Pessotti, é preciso levar em conta também o desalento do especialista que se sente incapaz de alterar as contingências em vigor no sistema educacional em que atua.

Além desses fatores, Pessotti supõe também que o sucesso do método adotado pelo grupo talvez tenha provocado excesso de autoconfian-

ça, e isso pode ter comprometido o diálogo entre analistas do comportamento e profissionais de outras abordagens. Considera, ainda, que em geral o behaviorismo afasta alunos, em parte porque os behavioristas foram enquadrados como se fossem gente que está em uma torre de marfim, fazendo coisa complicada que não tem nada a ver com a humanidade.

Como ampliar a influência da análise do comportamento na educação

A necessidade de estimular o diálogo com outras áreas do conhecimento aparece como um dos consensos entre os três entrevistados para esta matéria. A estratégia passa, segundo Todorov, Rachel e Pessotti, por uma revisão na forma de comunicação do grupo. Dizem que é preciso adotar linguagem menos técnica, que possa ser compreendida pelo leigo em análise do comportamento. Conforme Todorov, analistas do comportamento precisam de termos técnicos e de teoria para orientar suas pesquisas e para falar com seu pares. Não precisam ensiná-los ao cliente. Em outras palavras, afirma que “para chegar ao povo, é preciso falar como o povo fala”.

Ampliar a influência da análise do comportamento não só na educação, mas também na sociedade em geral, implica, segundo Todorov, respeito a diferentes abordagens. Ele diz que há muita gente fazendo trabalho sério com base em diferentes premissas. Sobre esse aspecto, ele faz uma ressalva e diz que começam sobressair-se na área pessoas com “ideias arejadas”, capazes de iniciar e fortalecer o diálogo entre analistas do comportamento e profissionais de outras abordagens. Cita como exemplo desse profissional Roberto Alves Banaco, da PUC-SP, considerado por Todorov como um dos melhores profissionais da análise do comportamento no Brasil e no exterior. Conforme Todorov, Banaco trabalha com desenvoltura em pesquisa básica, histórico-conceitual e aplicada. Tem hoje plenas condições de dialogar com diferentes abordagens psicológicas e disposição para fazê-lo.

Para Rachel Kerbauy, o modelo de análise funcional dos analistas do comportamento – em que se consideram o contexto, o comportamento e a consequência do responder – é imbatível. Mas também acredita que analistas do comportamento têm de desenvolver habilidade para dialogar com outras áreas. E esse diálogo depende, em alguma medida, segundo ela, de os analistas

do comportamento aprenderem a se comunicar com audiências não especializadas, sem a necessidade de usar termos técnicos. Depende também, conforme Rachel, da sensibilidade em reconhecer o trabalho de profissionais de outras áreas, o que, ainda segundo ela, exige cuidado com a forma de interação. Para Rachel, depois de criadas as bases para o diálogo, podem-se mostrar pontos de divergências e o porquê dessas divergências.

Isaías Pessotti considera que aumentar a influência da análise do comportamento na sociedade depende de um longo caminho pela frente. Esse caminho passa pela tradução da linguagem comportamental em termos que o povo entenda, conforme destacado por Rachel e Todorov. Depende também, a seu ver, de investimentos em projetos de formação popular para “mostrar como o povo é controlado pelo governo, pela mídia, pela igreja”. Pessotti acredita que é preciso chegar ao povo como uma ação política, porém, apartidária. Do contrário, conhecimentos da área serão usados conforme interesses políticos específicos, não necessariamente associados com o interesse da sociedade.

Pessotti também defende a abertura da comunidade. Considera a área florescente, com excelentes cursos de pós-graduação, muitas pesquisas, mas critica o fato de a comunidade permanecer fechada. Acredita que esse fenômeno se deva ao sucesso da própria comunidade. Pessotti descreve contingências que possivelmente operam no sentido de fortalecer o fechamento do grupo, por exemplo, nos congressos da área. Em um congresso, nota Pessotti, existe sempre a possibilidade de alguém gostar do trabalho um do outro. Cria-se, assim, um círculo de reforçamento mútuo, diminuindo a probabilidade de o analista do comportamento enxergar algo de bom em trabalhos de outras abordagens. “É como se a comunicação contínua, em linguagem adequada, passasse a bastar”, diz.

Uma questão, ainda

Retomando a afirmação de Todorov de que o grupo da UnB teria se dividido entre os amigos que saíram e os que ficaram na universidade, pode-se perguntar, ainda: qual teria sido o efeito sobre a análise do comportamento no Brasil se nenhum analista do comportamento tivesse permanecido na UnB depois da demissão de Carolina? E mais: se isso tivesse ocorrido, a UnB

seria hoje – conforme descreveu Pessotti – um centro de produção de vanguarda em análise do comportamento? Parafraseando Keller, é possível que nunca venhamos saber.



Análise do comportamento no cenário da ciência, tecnologia e inovação do Brasil

Marcelo Benvenuti¹

O objetivo deste texto é chamar a atenção da comunidade de psicólogos, especialmente aqueles identificados com a análise do comportamento, para a necessária participação no cenário atual de ciência, tecnologia e inovação do Brasil. Na avaliação de Marcelo Benvenuti, se realmente estivermos fazendo uma ciência de qualidade, o custo dessa participação não será alto e as possibilidades de ampliar nossos campos de atuação serão imensas.

O cenário atual da análise do comportamento no Brasil tem sido bastante animador para aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento de suas bases conceituais e empíricas, nas suas possibilidades aplicadas e na divulgação de todo esse trabalho mundo afora. De fato, os esforços de analistas do comportamento no Brasil têm sido muito bem sucedidos em fornecer respostas às demandas culturais dirigidas historicamente à psicologia. Isso pode ser constatado pela diversidade, quantidade e qualidade dos artigos publicados em periódicos como a *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, a *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* e a recém-criada *Perspectivas em Análise do Comportamento*; pela quantidade crescente de autores brasileiros que passaram a publicar em revistas como o *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, o *Journal of Applied Behavior Analysis* e o *Behavior and Social Issues*; pela quantidade e qualidade de trabalhos apresentados nos encontros da *Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental* e da *Association for Behavior*

Analysis; pelo crescimento de jornadas de análise do comportamento que são realizadas em diferentes partes do Brasil por iniciativa quase total de alunos de graduação ou dos primeiros anos da pós-graduação interessados em análise do comportamento; e pela criação e procura crescente por cursos de pós-graduação *lato sensu* com conteúdos fortemente ligados à análise do comportamento.

O crescimento enquanto área, a organização interna e o aumento da visibilidade nacional e internacional da análise do comportamento brasileira provocam para a necessidade de discussão de inserção no cenário mais geral da ciência no País. Nesse contexto, analistas do comportamento, assim como os psicólogos de maneira mais geral, têm feito avanços ainda incipientes e tímidos. O objetivo deste texto é chamar a atenção da comunidade de psicólogos, especialmente aqueles identificados com a análise do comportamento, para a necessária participação no cenário atual de ciência, tecnologia e inovação do Brasil.

Para que essa participação possa ser efetivada, um primeiro passo é a apropriação de diagnósticos que têm sido realizados no País a respeito de ciência, tecnologia e inovação, assim como dos temas cujo desenvolvimento têm sido considerado prioritários. Como ponto de partida para essa análise, é possível utilizar uma publicação recente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Essas entidades

¹ Marcelo Frota Lobato Benvenuti é formado em Psicologia pela PUC-SP. Fez Mestrado em Psicologia na Universidade de Brasília e Doutorado em Psicologia Experimental na Universidade de São Paulo. Atualmente, trabalha como Pesquisador Associado no Programa de Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília. É bolsista de pós-doutorado do Programa PRODOC/CAPES.

organizaram um documento, publicado nos sites da ABC e da SBPC e intitulado *Agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil*. Esse documento foi entregue aos candidatos à Presidência da República com propostas para o futuro governo (a íntegra do documento pode ser lida no site da SBPC, no endereço www.sbpc-net.org.br/site/noticias/mostra.php?id=1376). O documento analisa o cenário atual de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e apresenta propostas para que a atuação em ciência possa ser protagonista no desenvolvimento econômico e social sustentável do País. Um primeiro ponto destacado no documento é o reconhecimento da maturidade alcançada pela produção de conhecimento no Brasil, atestada principalmente por: aumento de citações de trabalhos realizados por brasileiros em relação à média mundial de publicações internacionais e da cooperação internacional; consolidação de um sistema robusto de pós-graduação no Brasil; aumento de parcerias internacionais e da participação brasileira no cenário institucional internacional.

Com esse diagnóstico inicial, o documento da ABC e da SBPC apresenta propostas organizadas em torno de cinco grandes temas: (1) Avanço acelerado da ciência brasileira; (2) O Brasil na fronteira da produção de conhecimento; (3) A conservação e o uso sustentável dos biomas nacionais; (4) Agregação de valor à produção e à exportação e (5) O Brasil precisa de uma revolução na educação.

Como a psicologia pode contribuir em cada um desses temas? Certamente, é possível identificar uma série de questões psicológicas específicas em cada um deles, algumas mais óbvias do que outras, algumas mais próximas das atividades mais comumente atribuídas ao trabalho do psicólogo na atualidade. De maneira mais geral, analisar a contribuição dos psicólogos para esses temas envolve uma avaliação de como estamos preparados para atuar em áreas de interface da psicologia, como podemos e temos conversado com outras áreas de investigação e atuação. Os psicólogos que estão mais preparados para esse debate são certamente aqueles que se mantêm ligados à pesquisa e, em especial, que têm se beneficiado de uma cultura científica desenvolvida na psicologia. Especialmente importante é o compromisso com uma ciência básica que, como a própria expressão indica, fornece a base sob a qual olhares inovadores para a realidade e

procedimentos efetivos podem ser construídos. Ciência básica é, em qualquer empreendimento acadêmico, um pilar importante para a construção de teorias sólidas.

O interesse do analista do comportamento avança cada vez mais rapidamente para fenômenos complexos, de relevância direta para nossa sociedade e para a construção de técnicas efetivas para lidar com o comportamento. Isso é muito positivo, mas pode sugerir, erroneamente, que uma ciência básica e a formação sólida na análise de processos básicos são desnecessárias e ultrapassadas. Esse é um erro terrível! É exatamente quando a complexidade se apresenta como desafio e como horizonte que uma ciência básica é mais necessária. A complexidade é terreno de todos, a todos interessa. Para que possamos atuar sobre a complexidade, é necessária a clareza de quais são as dimensões do fenômeno complexo que cabem ao psicólogo. Somente a pesquisa e, em especial, a pesquisa básica torna possível essa clareza. Por meio dela é que aprendemos a *pensar em abstrato* e a extrair da realidade as dimensões psicológicas constitutivas de um fenômeno complexo. Como resultado disso, a linguagem técnica se torna outro aspecto extremamente importante que costuma ser negligenciado pelo psicólogo deslumbrado com a complexidade, na ânsia de se fazer entender por aqueles que trabalham nas áreas de fronteira da psicologia. Sem a linguagem técnica, novamente corremos o risco de perdermos a especificidade do conhecimento que é especialmente desenvolvido pelo psicólogo. Conhecimento de processos básicos, clareza de quais são as variáveis psicológicas que constituem um fenômeno complexo e linguagem técnica formam, assim, o caminho para que o psicólogo possa começar a mostrar sua contribuição a outros profissionais com os quais dialoga. Esse é um primeiro e importante passo para que o psicólogo possa falar a *linguagem da ciência* e defender a importância de seus conceitos e procedimentos. Sem esse conhecimento, os fenômenos psicológicos são tomados como tendo existência à parte de outros fenômenos naturais. Uma parte complexa, é verdade, mas separada da complexidade que caracteriza os fenômenos que interessam àqueles preocupados com as contribuições da ciência para a sociedade.

Uma expressão comum do dia-a-dia ilustra a noção leiga de que fenômenos psicológicos exis-

tem à parte dos fenômenos estudados por outros cientistas. Diante de uma pessoa com frio, é comum ouvirmos em forma de brincadeira: “Não se preocupe, frio é psicológico”. Isso significa, quase sempre, que não se pretende considerar o frio importante, sendo definido “apenas” como um fenômeno psicológico à parte de outros fenômenos tratados pela biologia e pelas ciências aplicadas da saúde (essas sim tratariam de “frios” que devem ser levados a sério!). Em uma escala muito maior, a perda de especificidade do conhecimento psicológico impossibilita a atuação diante de qualquer um dos temas listados pela ABC e pela SBPC. É verdade que, com a adoção do comportamento como objeto de estudo, analistas do comportamento estão em posição mais favorável. Diante de uma criança pulando pela casa, provocando os irmãos e com dificuldades de concentração em tarefas acadêmicas, é pouco provável que alguém diga “não se preocupe, isso é apenas comportamento”. No entanto, essa vantagem deve ser mantida com a demonstração continuada de quais são as possibilidades de intercâmbio de uma ciência do comportamento com as demais ciências.

Ciência básica é fundamental para o debate entre disciplinas, mas claramente não é o único aspecto da análise do comportamento que deve ser valorizado e desenvolvido. O próprio desenvolvimento saudável de uma ciência básica ocorre quando conectado a outras dimensões de determinada área do conhecimento. Tourinho (2006) sugere o registro de que, em relação à psicologia de maneira geral, a análise do comportamento tem sido uma das poucas que tem tido avanços na direção de constituição de uma abordagem multidimensional. Por abordagem multidimensional, entende-se uma abordagem que busca contribuir para dar respostas a demandas dirigidas à psicologia de ordem reflexiva e filosófica, de ordem científica e, por fim, de ordem aplicada.

A conexão entre as dimensões de uma área é um aspecto importante: ciência básica não se alimenta de si mesma; prática não pode ser baseada em acerto e erro, nem ser tão única e individual que não pode ser compartilhada ou discutida. Além disso, temos aprendido com outras abordagens o problema de teorias construídas em cima de teorias. Do ponto de vista da formação de analistas do comportamento, a articulação entre essas dimensões é ainda mais

importante. Conceitos e teoria que são aprendidos como básicos em análise do comportamento não foram criados exclusivamente por uma ou outra atividade de investigação. Conceitos surgem de pesquisa básica, pesquisa conceitual, pesquisa aplicada e até mesmo da prestação de serviço. Como tem mostrado o Prof. João Claudio Todorov em algumas de suas palestras mais recentes, a linguagem teórica é o cimento que une as diferentes atividades do analista do comportamento e sua marca distintiva (para conhecer algumas interessantes análises sobre teoria, ciência básica e formação e informações preciosas sobre a história da análise do comportamento, sugiro uma visita ao blog pessoal do Prof. João Claudio Todorov, que pode ser acessado pelo endereço <http://sites.google.com/site/jctodorov/home>).

Além de poder contribuir com questões específicas que fazem parte de seu domínio, o analista do comportamento está em uma posição muito privilegiada para analisar o que podemos chamar de *comportamento científico*. Sabemos, a partir das contribuições de uma longa tradição de pesquisa, que não basta um enunciado sobre o funcionamento do mundo para que haja necessariamente controle do comportamento. Enunciados, ou “leis” científicas, não controlam comportamento sem uma história adequada de reforço diferencial, sem uma história de seleção por meio de consequências relevantes para um indivíduo. “Fazer ciência” também não é uma questão que pode ser resumida a “sentar e pensar”. Analistas do comportamento estão em posição privilegiada para identificar as contingências responsáveis por comportamentos que podemos caracterizar como analisar, interpretar, deduzir, experimentar etc.

Essa posição privilegiada parece ser especialmente importante para que seja possível pensar a difusão da ciência nas escolas, nas universidades, no ensino técnico e no dia-a-dia das pessoas. Em uma época em que a necessidade do ensino de ciências na educação básica está sendo discutida intensamente, são inúmeras as portas abertas para o analista do comportamento. Assumir tal tarefa significa também contribuir para corrigir um nível de desigualdade no Brasil que não é apenas de bens materiais. Provavelmente, não é por acaso que a Profa. Carolina Bori trabalhou longos anos em busca de aprimoramento do ensino e divulgação de ci-

ências no Brasil. Em uma entrevista, na qual manifesta sua grande preocupação com divulgação de ciências, afirmou que:

é preciso melhorar a vida das pessoas, não apenas em termos de tornar os produtos gerados pela ciência disponíveis, mas também torná-las mais críticas em relação ao mundo em que vivem. Para isso é preciso informá-las, para que elas entendam o que é a ciência e a própria transformação que ela está promovendo no mundo atual. (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, p. 790)

Uma contribuição consistente da análise do comportamento para uma agenda nacional em ciência e tecnologia depende também do conhecimento do funcionamento do sistema que gera ciência e tecnologia no Brasil. A esse respeito, o Prof. Lincoln Gimenes tem feito algumas palestras para debater o impacto de iniciativas e discussões como: o Programa de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, resultado de parcerias do governo federal com estados e municípios, sociedades científicas e empresas; a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia; as prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação; assim como para provocar a comunidade dos psicólogos para pensar sobre o que a análise do comportamento teria a ver com tudo isso. Esse é um campo em que claramente “uma andorinha só não faz verão”. Participação efetiva passa pela relação do comportamento individual com entidades representativas, no nosso caso, especialmente a Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).

Em 2006, no Encontro da ABPMC, foi realizada uma interessante mesa redonda que tratava de “relações da ABPMC com outras entidades”. A Profa. Martha Hübner participou dessa mesa e, em artigo que resultou de sua apresentação, apontou que a ABPMC, desde a gestão da Profa. Rachel Kerbauy, é uma entidade filiada à SBPC. Com isso, a ABPMC pode, como a SBP, propor atividades para os congressos organizados pela SBPC. Se nosso objetivo é participar da Agenda Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, essa é uma oportunidade que não podemos perder. Nossa história tem fornecido modelos impor-

tantes de como aproveitar essas oportunidades. Como mostra Hübner (2006) em parte do artigo, “A SBP ... graças à vigilância constante de Carolina Bori, não perdeu uma reunião anual da SBPC, propondo sempre um conjunto de atividades” (p. 238). Assim, a psicologia esteve fortemente presente na SBPC e precisa continuar a estar, ainda mais forte com o apoio proporcionado pela afiliação da ABPMC.

A participação no cenário amplo da ciência, tecnologia e inovação do País é uma possibilidade bastante concreta para analistas do comportamento. Se estivermos realmente fazendo uma ciência de qualidade, o custo dessa participação não será alto e as possibilidades de ampliar nossos campos de atuação serão imensas. Precisamos estar antenados para as demandas nacionais, como as expressas na agenda divulgada pela ABC e pela SBPC e nos comportar!

Referências

- Hübner, M. M. C. (2006). Relações entre a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8, 237-241.
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1998). Entrevista de Carolina Martuscelli Bori concedida a Maria Amélia Matos e Vera Rita da Costa (pp. 781-794). *Cientistas do Brasil. Depoimentos. Edição comemorativa dos 50 anos da SBPC*. São Paulo: SBPC.
- Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10, 1-8.



A lei de proibição da palmada e a educação dos filhos

Jaíde A. G. Regra¹

Recentemente sancionada pelo presidente Lula, a chamada Lei da Palmada - projeto de lei que proíbe aos pais o uso de castigos físicos em crianças e adolescentes - gerou polêmica entre educadores. Jaíde Regra alerta que toda lei deve ser acompanhada de medidas que garantam o seu cumprimento. Portanto, é necessário orientar e instrumentalizar os pais sobre formas de intervenção mais eficazes na família, sem o uso da punição. Isso porque eles não aprenderão a ensinar limites a seus filhos por decreto.

Assinado pelo presidente Lula, o projeto de lei que proíbe aos pais o uso de castigos físicos em crianças e adolescentes gerou polêmicas entre educadores. De acordo com a proposta, a nova lei será incorporada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), penalizando pais, professores, babás e demais cuidadores que fizerem uso de palmadas, empurrões, beliscões e puxões de cabelo. O Estatuto já condena maus tratos contra a criança e o adolescente, embora não defina esses termos de forma precisa. A nova lei especifica os maus tratos, nomeando cada comportamento.

Embora já existisse uma legislação para ocorrências de agressão física, até então não havia se cogitado incorporar uma palmada na lei, nem tampouco encaminhar casos desse tipo ao Judiciário. Para uma lei ser efetiva, entretanto, é necessário garantir sua aplicabilidade por meio das sanções cabíveis. Ao mesmo tempo, é necessário garantir a exequibilidade dos comportamentos a serem emitidos em obediência à lei. A chamada *Lei da Palmada* procura proteger ainda mais a criança, uma vez que proibir agressões de menor intensidade pode auxiliar na prevenção de danos maiores.

Muitos pais, seja na clínica ou fora dela, se colocam contrários ao bater, afirmando que nunca agrediram seus filhos. No máximo, umas “palmadinhas” de vez em quando. Os pais, em geral, costumam perguntar se usar palmadinhas eventuais é errado ou se pode fazer parte da educação da criança, sem lhe fazer mal. Como ficaria a imposição de limites à criança sem o instrumento, tão propagado na cultura, que incorpora o castigo como parte do sistema de educação infantil?

A punição tem sido usada em diferentes culturas como forma de intervir sobre o comportamento do outro, de modo a exercer um controle sobre ele. A punição pode ocorrer entre indivíduos ou entre as agências de controle e os indivíduos. Existe a crença de que, se o indivíduo se comportou mal, deve ser punido. Se os pais receberam palmadas dos seus pais e se tornaram pessoas “educadas”, desconhecendo uma forma melhor de lidar com a criança, eles lançam mão do mecanismo conhecido. Supõe-se que a punição fará com que o indivíduo pare de se comportar mal.

Porém, não é bem assim. Embora alguns pais admitam usar palmadas, chinelos e cintas como forma de controlar os filhos, eles costumam referir que tal maneira de educar não funciona e a criança continua a se comportar de modo indesejado pelos pais. Afinal, por que isso ocorre?

Para analisar com mais detalhes, é necessário nos reportar à literatura científica e descrever o resultado de estudos do efeito de estímulos aversivos

¹ Mestre e Doutora em Psicologia Experimental pela USP, Jaíde A. G. Regra atua como psicóloga da infância e adolescência em consultório particular.

sobre o comportamento humano. Tecnicamente falando, Baum (1999) descreve a punição como uma relação entre um estímulo e uma ação. O que definiria um estímulo é seu efeito. Azrin e Holz (1966) afirmam que a punição tem o efeito de reduzir a probabilidade futura de uma resposta específica, como resultado da liberação imediata de um estímulo que se segue à resposta.

Bater numa criança pode ou não reduzir a frequência do comportamento indesejado pelos pais. Quando reduz a probabilidade da ocorrência futura do comportamento, nomeamos tal procedimento de *punição*; quando não reduz a probabilidade de ocorrência futura, dizemos que o bater não deve ser denominado punição. Em qualquer situação, ao ser aplicado um estímulo aversivo, a mãe pode estar ensinando à criança a ficar com raiva do punidor. O estado de raiva dificulta a discriminação do próprio comportamento, muitas vezes obstruindo a mudança.

Ao analisar os efeitos colaterais da punição, agrupando as análises de Skinner (1967) e Sidman (1995), Banaco (2004) relaciona cinco itens relevantes: (1) por não suspender a relação de contingência entre a resposta e o estímulo reforçador que a mantém, a punição apenas suprime a resposta indesejada na presença do agente punidor; (2) seu caráter aversivo provoca efeitos emocionais negativos, cuja consequência são respostas de fuga-esquiva que poderão ser reforçadas se diminuírem, evitarem ou suspenderem a estimulação aversiva; (3) ela pode ter como efeito uma tendência à agressão e à destruição, possivelmente dirigida à própria fonte de estimulação aversiva; (4) a punição também reduz o repertório do organismo-alvo; (5) além disso, o indivíduo não aprende um outro comportamento: o agente punidor ensina apenas o que não deve ser feito, mas não ensina um outro jeito de se comportar.

Na orientação de pais, baseada na psicologia analítico-comportamental, a punição física é analisada à luz de seus efeitos indesejáveis. Nos pais, o efeito é de descarregar a raiva, sem função educativa, ou melhor, com uma função de ensinar algo diferente daquilo que se pretende que seja aprendido. Na criança, um dos efeitos pode ser o de redução na frequência do comportamento indesejado, na presença do punidor, e aumento da frequência, na sua ausência.

A punição, como uma técnica questionável, foi analisada por Skinner (1967) como uma forma de controle presente no padrão de comporta-

mento das famílias, sendo aplicada com a finalidade de reduzir a frequência de determinados comportamentos. Skinner afirma que, a longo prazo, a punição traz desvantagens tanto para quem a recebe como para quem a aplica. O autor analisa alguns possíveis efeitos da punição, exemplificando com uma situação em que a mãe belisca a criança para ela parar de rir na igreja. O beliscão elicia respostas incompatíveis com o riso. Quando a criança estiver rindo em outras situações adequadas, este comportamento poderá fornecer estímulos condicionais que eliciem respostas emocionais opostas.

A ciência da análise do comportamento contém um corpo de princípios e dados que podem conduzir a alguma objetividade, com relação à tomada de decisão sobre punir ou não punir (Sidman, 1995). Pouco se tem contado ao público sobre essas descobertas e as implicações sobre as melhores formas de conduzir os problemas do cotidiano. "Algumas vezes punimos porque somos seres humanos falíveis e cometemos erros" (Sidman, 1995). Esse autor descreve alguns efeitos da punição a partir de resultados de pesquisas. Como primeiro efeito colateral, ele destaca que qualquer sinal de punição adquire a habilidade para punir por si mesmo. Assim, a simples visão de uma mão erguida pode interromper um comportamento. A cada novo elemento punidor, nossas vidas tornam-se menos satisfatórias. Se formos submetidos à punição frequente, aprendemos que é mais seguro ficar quieto e se comportar menos (pelo menos na presença do punidor).

Sidman (1995) acrescenta em sua análise uma explicação sobre o comportamento de muitos alunos detestarem ir à escola, mostrando como ambientes inteiros podem se tornar reforçadores ou punidores por si mesmos. Quando os estudantes são reforçados por tirar notas altas, pelo respeito de seus professores e pela admiração de seus colegas, provavelmente frequentam regularmente a escola. Por outro lado, quando são punidos por notas baixas, desaprovação e humilhação por parte de seus professores e dos colegas, provavelmente eles se mantêm fora da escola tanto quanto possível.

Um outro efeito destacado por Sidman (1995) e muito importante na relação entre pais e filhos, assim como na relação entre qualquer punidor e punido, diz respeito ao fato de pessoas que usam punição tornarem-se elas mesmas puni-

dores condicionados. Elas poderão ser temidas, odiadas e produzirão comportamentos de esquiva nas pessoas com as quais se relacionam. Em outras palavras, qualquer um que use choque torna-se um choque.

Muitos pais relatam que punem o mau comportamento para a criança aprender a fazer coisas certas e, sobretudo, por acreditarem que é dessa forma que serão respeitados. Eles creem que respeito se impõe, ao invés de ser conquistado. A mãe que briga com a criança na hora de fazer a lição não apenas “contamina” o material acadêmico com emoções desconfortáveis, mas também ensina ao filho a evitar as tarefas, sem contar os prejuízos à qualidade do relacionamento afetivo entre ambos.

Nesse sentido, cabe questionar: há alternativas à punição?

Um pai seria respeitado se nunca desse uma palmada no filho? Uma mãe conseguiria que seu filho gostasse da escola e sentisse prazer pelo aprender se não ocorresse nenhum desentendimento na hora da lição? Como seria o mundo sem palmadas e beliscões? Teríamos crianças sem limites e que só fazem o que querem, ou teríamos crianças mais felizes?

Os pais trazem essas importantes questões e muitos deles estão realmente perdidos e desinformados sobre as maneiras de educar seus filhos. Há necessidade de orientar e instrumentalizar os pais sobre formas de intervenção mais eficazes na família, sem o uso da punição. Os pais não aprenderão a ensinar limites a seus filhos por decreto. O decreto de lei produz medo de punição e das sanções previstas, mas se os pais ficarem preocupados com as consequências de dar tapas e beliscões poderão buscar outras formas de lidar com a criança.

Toda lei deve vir acompanhada das formas que favoreçam o seu cumprimento. O que os pais querem realmente para seus filhos? Querem ter filhos responsáveis que sintam prazer ao estudar e façam suas obrigações sem brigas, sem infinitas ordens e sem reclamações. Querem que seus filhos sejam felizes e que as relações diárias ocorram sem grandes estresses. As queixas sobre os desgastes das relações pessoais entre os membros da família durante o dia-a-dia são comuns. Os pais querem saber como acabar com o estresse da família e aumentar os bons momentos com as crianças.

Tanto na família como na sociedade em geral, os indivíduos estão submetidos a diversos controles aversivos. Esses controles podem ser nomeados como *coerção*. Coerção é controle por meio de reforçamento negativo e punição. O reforçamento positivo controla comportamento tanto quanto a coerção, mas sem os subprodutos dela – violência, depressão, inflexibilidade emocional e intelectual, ódio e estados de infelicidade (Sidman, 1995).

Pensar numa sociedade que utilize de reforçamento positivo, eliminando todo controle aversivo que for possível, ajuda a colocar em prática outras formas de controle de comportamento. Quando uma mãe para de brigar com o filho para que ele faça a lição, não quer dizer que deixará seu filho ficar sem fazer as tarefas. Essa mãe pode combinar com o filho um conjunto de regras para formação de responsabilidade, mostrando que todos nós temos direitos e deveres. Quando cumprimos nossos deveres, conquistamos nossos direitos. Assim que o filho acabar a lição, poderá ver TV, usar o computador ou fazer qualquer outra coisa de que goste muito. A mãe estará ensinando os comportamentos de escolha pela consequência, atitude fundamental para desenvolver autocontrole e responsabilidade.

Ensinar o filho a ser responsável requer dos pais o desenvolvimento de uma habilidade que necessita ser aprendida. Responsabilidade é um nome dado a uma classe de comportamentos que contém muitos membros. Para ensinar uma criança a ser responsável, deve-se ensinar um conjunto de comportamentos. A criança necessita aprender que seu comportamento tem um efeito sobre o ambiente. Se emitir o comportamento A, a consequência será X; se emitir o comportamento B, a consequência será Y. Ela deve ser ensinada a fazer escolhas pela consequência. Isso aumenta o autocontrole e reduz a impulsividade.

Vale aqui analisar a diferença entre *castigo* e *combinados*. No castigo, a criança faz algo errado e recebe uma palmada ou tem de se sentar numa cadeira para pensar sobre o que fez de errado. No primeiro caso, usa-se punição física que produz raiva do punidor. No segundo caso, sem punição física, a criança poderá ficar sentada pensando sobre a raiva que está sentindo do punidor e sobre formas de vingança. Isso pode

ocorrer porque a criança não sabia previamente qual seria a consequência e não teve oportunidade de fazer escolhas.

Ao fazer um combinado com a criança, antes que o comportamento ocorra é descrito o comportamento esperado e quais as consequências para o comportamento A (comportamento-alvo que os pais desejam alterar) e para o comportamento B (comportamento alternativo que os pais querem que a criança aprenda). A criança pode escolher: se emitir o comportamento A, a consequência será fazer algo agradável; se emitir o comportamento B, não conquistará o direito à consequência agradável. Nesta condição, desaparece o punidor. A consequência agradável está nas mãos da criança e é ela quem escolhe se quer ou não conquistá-la. Em vez de gerar raiva do punidor, desenvolve-se a autocritica, desaparecendo o punidor e o "outro" como culpado por não conquistar as consequências agradáveis.

Especificar à criança e ao adolescente seus deveres e direitos, mostrando que é necessário cumprir com um conjunto de deveres para conquistar determinados direitos, contribui para o processo de formação de responsabilidade. Por exemplo, ao ensinar o respeito ao outro em situações de brigas entre irmãos: a cada comportamento de brigar com o outro, os pais não devem exercer o papel de juiz, pois nesse caso estariam julgando quem está certo e quem está errado. Para a criança provocadora, esse julgamento coloca os pais do lado do irmão e contra ela mesma. Isso aumentará o ciúme e a provocação. Fazer desafios para que os irmãos descubram uma solução (os comportamentos alternativos) para impedir uma briga permitirá aumentar a frequência dos comportamentos incompatíveis com o brigar.

Esses procedimentos reduzem o estresse familiar, melhoram os relacionamentos afetivos e favorecem os comportamentos de seguir regras com limites. Ao contrário da raiva produzida pelo punidor, temos agora uma criança que deseja agradar aos que lhe agradam. O respeito é consequência desse processo.

Referências

- Azrin, N. N., & Holz, W. C. (1966). Punishment. Em W. K. Honig (Org.), *Operant behavior: Areas of research and application* (pp. 380-447). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Banaco, R. A. (2004). Punição positiva. Em C. N. Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: Práticas clínicas* (pp. 61-71). São Paulo: Roca.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (M. T. A. Silva et al., Trads.). Porto Alegre: Artmed.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. P. A. Andery & T. M. A. P. Sério, Trads.). Campinas: Editorial Psy. (Trabalho original publicado em 1989)
- Skinner, B. F. (1967). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov e R. Azzi, Trads.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1953)

Projetos **ABPMC Comunidade: Um projeto destinado a orientar a população e capacitar profissionais da saúde e da educação**

por Dante Marino Malavazzi

Iniciado em 2002, na gestão de Maria Zilah da Silva Brandão¹ e Fátima Cristina de Souza Conte², o projeto *ABPMC Comunidade* tem por objetivo divulgar a análise do comportamento, a terapia cognitiva e a medicina comportamental em regiões do país onde sua presença ainda é incipiente, tornando-as cada vez mais acessíveis à população geral. Para isso, a convite de cada diretoria, profissionais das instituições afiliadas à ABPMC realizam nas cidades-sede dos encontros anuais palestras gratuitas sobre temas de interesse público.

Neste ano, em Campos do Jordão (SP), elas ocorreram em duas datas. No primeiro dia do encontro, Giovana Del Prette, do Núcleo Paradigma, discutiu o problema do *bullying* e algumas maneiras de lidar com a agressão entre crianças. Em seguida, Maria das Graças Oliveira, da Universidade de Brasília (UnB), debateu a questão dos vícios e dependências de drogas. No dia seguinte, Isaías Pessotti, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), propôs uma reflexão sobre o conceito de ansiedade, complementada por exercícios de relaxamento con-

duzidos por Silvia Scemes, do Ambulatório de Ansiedade (AMBAN) do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq-FMUSP).

Recentemente, a fim de ampliar as medidas adotadas desde o biênio 2002-2003, a atual diretoria da associação acrescentou uma nova meta à proposta original do projeto *ABPMC Comunidade*: orientar, treinar e capacitar profissionais das áreas da saúde e educação para aplicar o conhecimento e a tecnologia comportamental e cognitiva, relativos aos transtornos psiquiátricos e ao desenvolvimento atípico, em prol das comunidades locais.

Devido ao seu caráter específico, a iniciativa deu origem ao programa *Isso tem jeito!*, um subprojeto do *ABPMC Comunidade*, coordenado pela psicóloga Regina Christina Wielenska. “A ideia é mostrar que os problemas psiquiátricos têm jeito por meio da terapia comportamental e cognitiva, associadas à medicação”, explica Roberto Alves Banaco, um dos idealizadores do programa.

O subprojeto envolve encontros mensais entre o público leigo e dois especialistas em saúde mental, um psicólogo e um psiquiatra, ambos convidados pela diretoria da ABPMC. Nos encontros, discutem-se temas relacionados ao tratamento comportamental e cognitivo dos transtornos psiquiátricos. Como de costume, as duas palestras à comunidade são gratuitas e duram 90 minutos cada. Os participantes são convidados a levar um quilo de alimento, a ser doado a uma instituição local.

No entanto, o diferencial do programa *Isso tem jeito!* são os dois mini-cursos dirigidos a profissionais e estudantes das áreas da saúde e educação, a custo reduzido e com duração de 120 minutos cada. A verba arrecadada é usada para cobrir as despesas de transporte, hospedagem e alimentação dos profissionais convidados.

1 Terapeuta analítico-comportamental, Maria Zilah da Silva Brandão é ex-presidente da ABPMC (gestão 2002-2003). Mestre em psicologia clínica pela PUC-Campinas e especialista em análise do comportamento pela UFSCar, é docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e sócia do Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento (PsicC).

2 Terapeuta analítico-comportamental, Fátima Cristina de Souza Conte é ex-vice-presidente da ABPMC (gestão 2002-2003). Mestre e Doutora em psicologia clínica pela PUC-Campinas e pela USP-SP, respectivamente, é professora associada aposentada da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e sócia do Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento (PsicC).

Foz do Iguaçu, o projeto-piloto

A primeira etapa do *Isso tem jeito!* aconteceu em agosto, no município de Foz do Iguaçu (PR). Na ocasião, a psicóloga Gisa Baumgarth e o psiquiatra Felipe D'Alessandro Corchs discorreram sobre o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC). A iniciativa resultou de uma parceria entre a ABPMC, a Vara da Infância e da Juventude da cidade e a Faculdade Uniamérica, com a valiosa colaboração das associadas Catarine dos Santos Souza e Márcia Rego Maciel. "Foi uma experiência gratificante. Alunos, profissionais e demais participantes se mostraram bastante interessados", destacou Gisa Baumgarth. Na mesma linha, Felipe Corchs ressaltou a "ótima recepção" das organizadoras.

O segundo encontro em Foz do Iguaçu ocorreu em setembro, mês no qual Regina Wielenska e Felipe Corchs debateram a respeito da Síndrome do Pânico. As palestras à comunidade foram realizadas na escola Bartolomeu Mitre, das 16h às 19h, na região central da cidade. Os interessados efetuaram a inscrição no próprio local. Já os mini-cursos para profissionais e estudantes da área da saúde aconteceram na Faculdade Uniamérica, das 8h às 12h. O valor das inscrições foi de R\$ 30,00 para estudantes e R\$ 50,00 para profissionais.

Os temas dos encontros de outubro e novembro também já foram definidos, Esquizofrenia e Sintomas Médicos Inexplicáveis, respectivamente. "Precisamos começar com passos pequenos e, a partir dos acertos, expandir na mesma direção e/ou abrir novas frentes. A meta inicial é consolidar esse projeto em Foz do Iguaçu e depois verificar a viabilidade em outras comunidades", esclarece a coordenadora do programa, Regina Wielenska.

Convite

São bem-vindos os interessados em participar e/ou apresentar projetos no sentido de disseminar a análise do comportamento, a terapia cognitiva e a medicina comportamental para as diversas regiões do Brasil. Não é preciso ter disponibilidade para viajar a outros locais, mas sim o interesse de contribuir para ampliar a representatividade dessas abordagens pelo país. "À medida que colhermos mais frutos, tentaremos expandir a proposta para um número maior de localidades. Aí será a vez de outros associados, espa-

Da militância individual à elaboração de um projeto social: a origem do programa ABPMC Comunidade

Docentes na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e terapeutas analítico-comportamentais desde a década de 1970, as psicólogas Maria Zilah da Silva Brandão e Fátima Cristina de Souza Conte identificaram desde cedo a necessidade de divulgar à população o conhecimento produzido na universidade. Embora insatisfeitas com a desvalorização da psicologia científica em meados da década de 1980, elas temiam ser punidas no ambiente acadêmico, caso utilizassem uma linguagem informal para dialogar com a comunidade. "Ainda que de forma indireta, nos sentíamos responsáveis pelo fato de a população apenas ter acesso a um conhecimento psicológico de qualidade ruim", lembra Fátima Conte, vice-presidente da ABPMC durante a gestão 2002-2003.

Contudo, os bons resultados obtidos em trabalhos comunitários logo estimularam as psicólogas a estabelecer um canal de comunicação direto com a população. A princípio, elas elaboraram e distribuíram um pequeno jornal no consultório particular em que atendiam. De forma corajosa, elas também aceitaram os convites de emissoras de rádio e televisão para discutir temas de interesse público.

Para Fátima Conte, tais iniciativas beneficiavam a todos os envolvidos, a despeito de eventuais lapsos dos especialistas ou até mesmo de interpretações equivocadas por parte da imprensa. "Vimos que o jornalzinho e as entrevistas concedidas não apenas aumentavam nosso reconhecimento profissional, mas também diminuía o preconceito contra a análise do comportamento, garantindo acesso a outros setores da sociedade", conta a idealizadora do projeto *ABPMC Comunidade*, ao lado da amiga Maria Zilah da Silva Brandão.

Em meio à crescente divulgação da abordagem em Londrina (PR), Zilah e Fátima – à época, presidente e vice da ABPMC, respectivamente – propuseram a organização

lhados pelo Brasil, nos ajudarem a contribuirmos coletivamente para um mundo melhor”, destaca Wielenska.

A depender do envolvimento da comunidade, tal iniciativa permitirá identificar associados nos mais diversos lugares do Brasil, contribuindo para desenvolver novos pólos de referência. Ao mesmo tempo, possibilitará mapear os institutos presentes nessas regiões, favorecendo a divulgação dos locais onde é possível obter uma formação de qualidade nas abordagens mencionadas.

“Abrimos uma nova frente, estamos em fase de testes, aprendendo a intervir sob controle de novos contextos científicos e sociais. Caminharemos com firmeza, atentos às consequências dessas ações sociais”, conclui a coordenadora do programa *Isso tem jeito!*.

Dez na escola e na vida

Ainda em fase de elaboração, a atual diretoria da ABPMC também se dedica ao desenvolvimento de outro subprojeto do *ABPMC Comunidade*, intitulado *Dez na escola e na vida*, sob a coordenação da psicóloga Miriam Marinotti. Sua primeira iniciativa consiste numa coluna sobre educação no site do Parque Tecnológico do Itaipu (PTI), com a finalidade de abrir um canal de comunicação com os professores do município de Foz do Iguaçu.

O primeiro artigo publicado no site, de Roberto Alves Banaco, discute as emoções e a ação pedagógica na infância. Trata-se de um passo inicial, com vistas a abrir as portas para os especialistas em educação. Segundo Banaco, a experiência inicial no PTI - onde existe uma escola experimental para estudo de ciências - já rendeu uma importante lição aos profissionais envolvidos no subprojeto: “Não adianta querer impor uma demanda externa, sem antes conhecer a necessidade de cada local”. Para ele, o caminho deve ser justamente o oposto: “Primeiro, é preciso levantar as necessidades regionais. Depois, atender às demandas particulares”, ressalta.

Mais informações sobre o programa *Dez na escola e na vida* serão fornecidas no próximo número do *Boletim Contexto*. Aguardem!

de um evento paralelo ao encontro anual da associação, a ser realizado num shopping do município. Em 2002, pela primeira vez, os cidadãos tiveram a oportunidade de aprender e esclarecer dúvidas sobre a delicada relação entre pais e filhos. As palestras ministradas por profissionais convidados pela diretoria da ABPMC deram origem à série *Comportamento humano: Tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor*.

Relembrando o desafio de inaugurar o projeto *ABPMC Comunidade*, Fátima Conte destacou a importância de ter paciência, criar operações motivadoras e fazer valer a pena para todos. “Afim, ninguém tem a obrigação de nos conhecer ou de gostar de nós, certo?”. A psicóloga revelou ainda o lema principal adotado durante a sua gestão. Aliás, uma fórmula bem conhecida entre os analistas do comportamento. “Privilegiamos a modelagem, o reforçamento diferencial e a descoberta daquilo que de fato era reforçador para cada um”, contou.

A convite de *Contexto*, Fátima Conte aproveitou a oportunidade para sugerir algumas medidas capazes de ampliar a disseminação da análise do comportamento, da psicologia cognitiva e da medicina comportamental pelas diversas regiões do Brasil. Entre elas, sublinhou: (1) ampliar o número de publicações das abordagens; (2) criar um canal interativo de comunicação pela internet; (3) aumentar a participação dos profissionais nos meios de comunicação e (4) envolver-se em trabalhos comunitários. Eis algumas dicas valiosas de quem já fez história na diretoria da ABPMC.

Visão skinneriana sobre as alucinações: Vigência e revisão¹

José M. García Montes² e Marino Pérez Álvarez³

O presente trabalho pretende expor, brevemente, a concepção de B. F. Skinner sobre as alucinações como fenômenos psicológicos. Ainda que o genial psicólogo americano não tenha desenvolvido *in extenso* uma posição sobre o tema, ele abordou em diversas obras (especialmente em *Comportamento Verbal*) alguns aspectos centrais que ainda hoje, meio século depois, consideramos fundamentais. Nas linhas que se seguem, trataremos de resumir da forma mais sistemática possível o cerne da posição skinneriana para, na continuação, acrescentarmos algumas considerações próprias. Para tanto, é imprescindível partir da concepção comportamental sobre o que é *percepção*, uma vez que a alucinação é definida nos sistemas psicopatológicos em uso em um sentido negativo como uma “percepção sensorial que tem o convincente sentido da realidade de uma percepção real, mas que ocorre sem estimulação externa do órgão sensorial implicado” (American Psychiatric Association, 2003, p. 914).

Perceber, imaginar e sonhar numa perspectiva skinneriana

Para Skinner, como não poderia ser de outra maneira, perceber é atuar. Contrariamente a uma opinião comum em sua época, para Skinner os dados sensoriais não são fatos impostos, mas

construções que advêm da interação entre um ser e seu ambiente. Portanto, perceber, como qualquer outro comportamento, tem uma funcionalidade operatória. Nas palavras do próprio Skinner (1974/1994):

em certo sentido, a percepção tem um propósito ou uma intenção. A pessoa não é um espectador indiferente que absorve o mundo como uma esponja. . . . Não somos simplesmente “captadores” do mundo que nos rodeia; respondemos a ele de maneiras peculiares devido ao que sucedeu quando estivemos em contato com ele. (p. 75)

Dito de outra maneira: o perceber, como comportamento que é, está submetido a toda uma série de circunstâncias (de contingências, caso se prefira) das quais é função. Uma destas circunstâncias seria o nível de estimulação presente em um dado momento; outra, o nível de privação de quem realiza o comportamento de perceber. Ambas as condições interagem de tal forma que, se uma delas estiver fraca, a outra exerce um papel mais forte no controle do comportamento de perceber. Assim, como segue dizendo Skinner (1974/1994):

quando um estímulo é fraco ou vago, há outras condições que afetam a probabilidade de que uma pessoa veja uma coisa de determinada maneira. O apaixonado crê ver sua amada no meio de uma multidão apenas quando o estímulo visual é fugaz ou obscuro. . . . As pessoas que respondem vigorosamente aos ladrões ou aos ratos ou-

1 Tradução realizada por Yara Nico.

2 Professor do Departamento de Personalidade, Avaliação e Tratamentos Psicológicos da Universidade de Almeria (ESP).

3 Catedrático de Psicopatologia e Técnicas de Intervenção da Universidade de Oviedo (ESP).

vem qualquer ruído leve na noite como se fossem feitos por ladrões ou ratos. O nível de privação produz uma diferença: erroneamente “ouvimos tocar o telefone” quando esperamos uma chamada importante e a pessoa privada sexualmente vê falos ou vaginas em objetos que têm muita pouca semelhança com tais órgãos. (pp. 75-76)

Já antes, em *Comportamento Verbal*, Skinner havia ressaltado a importância que adquirem outras variáveis quando a estimulação presente em um determinado momento é fraca.

É comum que não se ouça bem um estímulo verbal, mas se o estímulo ecóico é fraco, não sucede que a resposta seja indeterminada. Outras variáveis simplesmente têm maior probabilidade de serem efetivas como fontes suplementares de força. Quando tais variáveis são aparentes, dizemos que o erro de audição é “revelador” no sentido freudiano. Assim, se alguém ouve mencionar seu nome em uma conversa ruidosa quando, de fato, não existe nenhum estímulo verbal correspondente, podemos procurar por outras variáveis responsáveis pela tendência do indivíduo a ouvir mencionar seu nome. O pai que está orgulhoso de seu filho ouve mais palavras nos balbucios de seu filho do que seu vizinho cético. (Skinner, 1957/2001, pp. 275-276)

Portanto, de uma forma ou de outra, Skinner entende que a percepção está costurada com a imaginação. As circunstâncias que determinam o comportamento de perceber não são apenas “externas”, não estariam apenas “fora da pele”; “o mundo dentro da pele” também é fundamental na hora de perceber, de forma idêntica ao que ocorre com a imaginação.

Isto posto, o que é *imaginar*? De novo, não cabe mais que uma resposta: imaginar é comportar-se. Está claro que aquele que imagina (ou quem sonha) não se comporta de forma aberta, mas de modo encoberto. Assim, Skinner (1974/1994), ao tratar do tema da imaginação, volta a insistir sobre sua natureza de comportamento operante:

O que se deve dizer é que, se somos reforçados ao ver Veneza é provável que

emitamos esse comportamento (ou seja, o comportamento de ver Veneza) ainda que o contexto imediato tenha muitas poucas coisas que guardem semelhança com a cidade. . . . No sonho encontra-se um exemplo mais claro de “ver” na ausência da coisa vista. Quando a estimulação presente reduz seu controle ao mínimo, a história e os estados resultantes de privação e emoção da pessoa alcançam sua oportunidade. Freud destacou a importância dos desejos e dos temores inferidos plausivelmente dos sonhos, mas, infelizmente, foi responsável pela ênfase na distinção entre ver e o que se vê. O sonhador entrava no sonho, montava o sonho como o produtor de teatro monta uma obra e, logo, sentava-se no auditório e o observava. Mas o sonho é um *comportamento* perceptual e a diferença entre o comportamento quando se está acordado e quando se está dormindo, seja dentro ou fora, de um contexto pertinente, é simplesmente uma diferença nas condições que o controlam. Parece que os movimentos rápidos dos olhos durante o sonho confirmam esta interpretação. Quando sonham mais ativamente, as pessoas movem os olhos como se estivessem observando uma apresentação visual (parece que também os músculos do ouvido médio se movem durante os sonhos e envolvem percepções auditivas). (pp. 82-83)

De maneira sucinta, segundo Skinner (1969/1982):

O cerne da posição comportamental sobre a experiência consciente pode ser resumida deste modo: o ver não implica algo visto. Adquirimos o comportamento de ver sob a estimulação de objetos reais, mas pode ocorrer na ausência destes objetos, sob controle de outras variáveis. . . . Também adquirimos o comportamento de ver que estamos vendo quando vemos objetos reais, mas também pode ocorrer em sua ausência. (p. 213)

Assim sendo, esta diferenciação entre o comportamento de perceber e o de reparar que se está realizando o comportamento de perceber será essencial no momento de fundamen-

tar uma posição cabal sobre as alucinações do ponto de vista skinneriano, como veremos no próximo tópico.

As alucinações como comportamentos alienados

De fato, com base no exposto até aqui, a alucinação nos aparece como uma questão de alienação ou alheamento; ou seja, uma atribuição ao ambiente de um comportamento que alguém realiza e, não obstante, não o reconhece como próprio. Para dizer em termos mais estritamente comportamentais: a pessoa que alucina não é consciente das contingências que controlam seu comportamento de "ouvir na ausência da coisa ouvida" e das quais ele é função (privação, estados emocionais, etc.). Quando o sujeito repara que está se comportando, ainda que na ausência da coisa percebida, não cabe falar *strictu sensu* de alucinação; mas sim de *pseudoalucinação*, termo que o jargão psiquiátrico reserva a este fenômeno de alucinação com consciência de que se está alucinando. Portanto, as diferenças entre os termos *percepção*, *ilusão*, *pseudoalucinação* e *alucinação* são estritamente contextuais. A percepção de um determinado objeto costuma ocorrer na presença deste objeto que é, de forma principal, o estímulo que controla o comportamento perceptivo. Quando a percepção é produzida sob controle de dicas ambientais ambíguas, que são as que controlam o comportamento ainda que na ausência do objeto percebido, trataria-se de uma ilusão. Quando estas dicas ambientais são inexistentes ou mínimas, tratariam-se de alucinações ou pseudoalucinações se a pessoa não repara (ou se o faz no caso da pseudoalucinação) em seu próprio comportamento de "perceber na ausência da coisa percebida".

Caberia, então, perguntar quais são as causas pelas quais um comportamento como o de *perceber na ausência da coisa percebida* pode chegar a se converter em um comportamento alienado, de tal forma que a pessoa não reconheça as circunstâncias que controlam seu comportamento, tendo realizado perfeitamente esta discriminação em outros momentos anteriores.

Em primeiro lugar, seria possível que a pessoa não reconhecesse as variáveis que de fato estão controlando seu comportamento de *perceber na ausência da coisa percebida* por elas serem pouco habituais e, desta maneira, excepcionais. Assim, por exemplo, em estado de forte privação

ou de grande ansiedade, é possível que certos estímulos até então irrelevantes no controle funcional de um comportamento perceptivo passem a ser importantes e, assim, controlem o comportamento ainda que na ausência da coisa percebida. Algo parecido ocorreu com Carlitos no filme *Em Busca do Ouro* quando, atormentado pela fome, vê seu companheiro convertido em um frango. A pessoa não estaria acostumada ao fato de que seu comportamento de *perceber na ausência da coisa percebida* estivesse sob controle destas circunstâncias tão intensas e, desta forma, é possível que o comportamento realizado seja atribuído à presença da coisa percebida em detrimento dos estados privados intensos que, de fato, controlaram o comportamento.

Em segundo lugar, também é possível que, ainda que se tenha contato com as circunstâncias que controlam um comportamento, estas sejam punições verbais para a pessoa ou, dito de forma freudiana, resultem inadmissíveis ao superego. A "censura", em tal caso, ocorreria pela via da negação ou projeção. Pois, como já indicara Skinner (1957/2001):

quando não se apresentou o *feedback* do comportamento verbal no momento de sua emissão e quando o falante ou escritor se encontra com as evidências de tal comportamento, é provável que o atribua a outra pessoa. O falante não apenas não recorda de tê-la produzido, como também o material sem corrigir pode ser tão estranho ou objetável que lhe será irreconhecível. (p. 418)

Sem dúvida, esta alienação ou estranhamento não apenas é próprio das alucinações, como também pode ocorrer em outros sintomas psicóticos, como nos delírios de controle ou intrusão de pensamentos. Sem necessidade de chegar a fenômenos catalogados como psicopatológicos, Skinner (1957/2001) destaca a relevância que tem o comportamento verbal "automático" (aquele que se realiza sem reparar no que se está fazendo) e indica, como exemplo, o caso da escritura automática:

Um estudante que havia tido êxito em um pequeno colégio e um contato próximo com seus companheiros ingressou em uma universidade; nela as coisas eram muito

mais difíceis e os professores eram completamente indiferentes a seus problemas. Ao assistir a uma conferência particularmente difícil, o estudante deixou de tomar notas e, de forma muito lenta, encheu a página de seu caderno com uma grande quantidade de rabiscos infantis que diziam: não posso seguir, por favor, quero regressar. Ao final da conferência, olhou a página e exclamou: “olha o que fiz!”. Claramente, o que havia escrito de forma automática teria sido condenado antes mesmo de ser emitido caso tivesse ocorrido sob condições “normais”. (pp. 416-417)

Com isso, Skinner situa as alucinações numa lógica própria aos comportamentos alienados; ou seja, comportamentos que ao serem emitidos produzem, por um lado, certas consequências positivas, mas, ao mesmo tempo, sua autoria implica algum tipo de punição ou consequência negativa.

Revisando Skinner

Ao revisar as considerações de Skinner sobre o entendimento das alucinações, nos parece oportuno começar indicando a relevância de sua análise. Segundo nosso juízo, qualquer autor que em nossos dias discorra sobre as alucinações sem haver compreendido a posição skinneriana encontra-se automaticamente desautorizado. Skinner parte de uma posição construtivista sobre a percepção, ressalta o entrelaçamento diário que ocorre entre nosso comportamento perceptivo e imaginativo, destaca a relevância das variáveis motivacionais no comportamento de *perceber na ausência da coisa percebida*, manifesta o peso fundamental que a comunidade verbal (a cultura) exerce para que um comportamento perceptivo “alucinatório” seja atribuído por uma pessoa em concreto às condições privadas que o gerou, ou para que seja entendido como uma percepção “pública” ou “real”, etc. Sem haver dedicado sua obra ao estudo da psicopatologia e também sem haver sido excessivamente sistemático em suas aproximações ao tema, Skinner alicerçou as bases de um entendimento novo e cabal das alucinações. Isto contrasta, de acordo com nosso critério, com a obra de outros autores dedicados exclusivamente ao estudo da psicopatologia e perdidos entre teorias da mente, módulos neurocognitivos e de-

mais sofisticações pseudoexplicativas.

Nesse sentido, poucas são as críticas que se podem fazer às suas considerações. Em todo caso, faltaria a Skinner, de acordo com nosso entendimento, uma concepção molar da pessoa humana. Ainda que seja possível observar tal ausência em diversos aspectos de sua teoria, é especialmente chamativa nos exemplos que oferece a propósito de suas explicações: o apaixonado; quem responde de forma excessivamente alarmista frente a ratos; a pessoa que gosta de Veneza, etc. Todos estes são, sem sombra de dúvidas, exemplos bem ilustrativos daquilo que estamos expondo; mas, ao mesmo tempo, é preciso indicar que são demasiado simples. Quem alucina de forma sistemática se encontra alterado de uma maneira complexa e global. Não se trata simplesmente de que a comunidade verbal “interiorizada” como consciência puna certos comportamentos, ainda que realizados de forma encoberta, e que, como decorrência, a pessoa não os reconheça como próprios. A pessoa que alucina costuma encontrar-se em posições sociais globalmente alteradas, costuma enfrentar conflitos, ter metas, sofrer rejeições, apresentar desejos e ter esperanças. Efetivamente, além de um comportamento em concreto, qualquer ser humano ocupa uma posição em um emaranhado histórico-social que proporciona contextos para formar-se ou para desfazer-se. Sente-se falta nas análises skinnerianas de algumas referências a estes tipos de situações, a nosso ver, tão fundamentais para entender o comportamento humano. É verdade que Skinner abordou em diversas obras a influência que determinadas condições sociais exercem sobre o comportamento humano e que inclusive fez um ensaio, em *Walden II*, de uma sociedade “cientificamente dirigida”. Mas tais análises, ainda que relevantes, perdem de vista, a nosso ver, o aspecto fundamental: de que pessoa e sociedade determinam-se reciprocamente e que, portanto, não é suficiente estabelecer as condições sociais “ótimas”. Se apresentam-se algumas condições em concreto como “ótimas”, é porque previamente existe, ainda que de forma inconsciente, uma concepção do que é a pessoa humana. A tarefa pendente para a psicologia, lidando então com a antropologia, a sociologia, a filosofia e a história, seria, assim, a elaboração desta teoria da pessoa humana (e.g., Pérez-Álvarez & García-Montes, 2004, 2006), tão cara à cultura ocidental e tão estranha a outras.

Referências

- American Psychiatric Association. (2003). *Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales (DSM IV-TR)*. Barcelona: Masson.
- Pérez Álvarez, M. & García Montes, J. M. (2004). Personality as a work of art. *New Ideas in Psychology*, 22, 157-173.
- Pérez-Álvarez, M. & García-Montes, J. M. (2006). Person, behaviour and contingencies (an aesthetic view of behaviourism). *International Journal of Psychology*, 41, 449-461.
- Skinner, B. F. (1982). *Contingencias de reforzamiento. Un análisis teórico*. México: Trillas. (Trabalho original publicado em 1969)
- Skinner, B. F. (1994). *Sobre el conductismo*. Barcelona: Planeta-De Agostini. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (2001). *Conducta verbal*. México: Trillas. (Trabalho original publicado em 1957)

Agradecimento

Este trabalho foi realizado com financiamento do projeto de pesquisa SEJ2005-00455/PSIC, concedido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo da Espanha.



Uma reflexão sobre a velhice a partir do filme *Up: Altas Aventuras*

Ana Carolina Ceneviva Macchione¹ e Jan Luiz Leonardi²

Up: Altas Aventuras é uma animação lançada em 2009 pela Pixar/Disney, dirigida por Pete Docter. Quando criança, Carl Frederickson fantasiava ser um aventureiro. Certo dia, ele conhece Ellie, uma menina que compartilha da sua admiração por Charles Muntz, um explorador que desbrava a América do Sul a bordo de seu dirigível – o *Espírito de Aventura*. Carl e Ellie se casam, têm uma vida simples e são fiéis companheiros um do outro. Ao longo de sua vida, o casal economiza para viajar ao *Paraíso das Cachoeiras*, último destino de Charles Muntz. Entretanto, há sempre uma eventualidade na qual o dinheiro poupado precisa ser utilizado e, por isso, eles nunca viajam para o local.

Muitos anos depois, quando ambos estão velhinhos, Carl resolve comprar de surpresa duas passagens para a América do Sul, mas Ellie morre antes de ganhá-las, entregando seu *Livro de*

Aventuras, que registra todos os momentos em que o casal viveu junto e todas as coisas que ela gostaria de fazer um dia. Devido a um incidente, a justiça determina que Carl se mude para um asilo. Porém, no dia em que os enfermeiros voou buscá-lo, ele faz com que sua casa levante voo utilizando milhares de bexigas. Em pleno ar, alguém bate à porta: era Russell, o escoteiro que há pouco tinha lhe oferecido auxílio para poder obter um distintivo de “ajuda ao idoso”, o único que lhe faltava. Após uma série de adversidades, Carl e Russell chegam à América do Sul e, de longe, visualizam o *Paraíso das Cachoeiras*. Em busca desta, eles passam por uma série de aventuras, fazem novas amizades e, por acaso, se deparam com Charles Muntz. Apesar da alegria inicial, o encontro é uma decepção. Por fim, Carl, Russell e seu novo amigo (um cão) retornam para a cidade e se tornam companheiros inseparáveis.

O presente texto trata fundamentalmente da velhice. O envelhecimento do *organismo* ocorre inexoravelmente ao longo do desenvolvimento, o que acarreta em limitações motoras, sensoriais e cognitivas, além da formação de uma série de estereótipos culturais. O filme retrata esses aspectos por meio do personagem Carl, que usa dentadura, sofre de dores nos ossos, usa um aparelho auditivo, anda com bengala e é um tanto rabugento. Contudo, o envelhecimento do *indivíduo* depende também do ambiente ao qual ele está exposto. A velhice não precisa ser sinônimo de estagnação. Ela pode, sim, ser uma etapa feliz, como a análise abaixo visa demonstrar.

Carl trabalhava como vendedor de balões, ocupação que lhe trazia, além do reforçador generalizado *dinheiro*, reforçadores sociais. Ao se

1 Ana Carolina Ceneviva Macchione é psicóloga pela PUC-Campinas. Atualmente, é mestranda em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento na PUC-SP e cursa especialização em clínica analítico-comportamental e aprimoramento em terapia infantil no Núcleo Paradigma.

2 Jan Luiz Leonardi é psicólogo pela PUC-SP e especialista em clínica analítico-comportamental pelo Núcleo Paradigma. Atualmente, cursa mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento na PUC-SP e atua como terapeuta no Núcleo Paradigma..

aposentar, como grande parte dos idosos, deixa de produzir ambas as consequências, que contribuíam diariamente para seu bem-estar. Conforme explica Skinner (1974/1976, 1987/1989), sentimentos são subprodutos das contingências em vigor, sendo que mudanças nestas alteram aquilo que é sentido. Com a perda dos reforçadores, o indivíduo passa a ter menor interesse pelas coisas “porque seu mundo encolheu” (Skinner & Vaughan, 1983/1985, p. 95).

Pouco tempo depois, Carl perde o maior reforçador de sua vida: sua esposa Ellie. Mais do que isso, Ellie era a razão para a ocorrência de muitos comportamentos de Carl, coisas que ele só fazia em sua companhia: passear no parque, fazer piquenique, entre outros. Sem ela, Carl não tinha mais os estímulos discriminativos para emití-los e, por isso, deixou de produzir os reforços envolvidos naquelas atividades. O resultado disso é previsto por Skinner (1983/1987): “quando a ocasião para comportamento forte é inexistente ou quando conseqüências reforçadoras deixam de ocorrer, ficamos entediados, desanimados e deprimidos” (p. 154). Devido às mudanças nas contingências decorrentes da morte de Ellie, Carl se torna um velho mal-humorado.

Skinner e Vaughan (1983/1985) apontam que muitas pessoas ajudam o idoso apenas como forma de resolver seus próprios problemas. O filme retrata este fato quando o escoteiro Russell oferece auxílio a Carl tendo como único intuito obter o distintivo de “ajuda ao idoso”, que, se vier a receber, talvez garanta a presença de seu pai ausente na cerimônia de entrega. Neste sentido, os reforçadores da “boa ação” são extrínsecos e não intrínsecos.

Apesar das adversidades inerentes à velhice explicitadas pelo filme, *Up: Altas Aventuras* traz uma importante mensagem: é possível viver bem a velhice fazendo pequenas mudanças no mundo.

Ao ser intimado pela justiça a se mudar para um asilo, Carl tinha uma escolha a fazer: aceitar o estereótipo de invalidez imposto pela sociedade ou rejeitar as contingências que lhe foram destinadas para o resto de sua vida. Carl, então, decide perseguir seu sonho de juventude. Conforme ensinam Skinner e Vaughan (1983/1985), “dentro dos limites impostos pelo envelhecimento fisiológico, agimos e pensamos como jovens ou velhos a depender do que nos acontece e do que, como resultado, nós fazemos” (pp. 29-30). Carl enfrentou seus limites: abandonou a bengala, ca-

minhou dezenas de quilômetros e até carregou sua casa nas costas! Ter alimentado o sonho de conhecer o *Paraíso das Cachoeiras* permitiu que agisse como jovem.

O filme demonstra que a presença de Ellie se mantém constante no ambiente de Carl, mesmo após a sua morte. Em várias cenas, o protagonista conversa com ela e lhe pede conselhos. Por exemplo, quando recebe a intimação judicial, ele diz “o que eu faço agora, Ellie?”. Outro momento é quando ele encontra a cachoeira, exprimindo “Ellie, é tão lindo. Nós conseguimos! Nós conseguimos!”. Skinner (1953/1965, 1974/1976) tece longas considerações sobre comportamentos que ocorrem na ausência de estímulos discriminativos, cuja explicação está nos processos de condicionamento respondente e operante. No filme, o comportamento de Carl ocorre como se ele estivesse na presença de Ellie, por dois motivos: (1) produz estímulos que são reforçadores quando “vistos” e (2) cria estímulos discriminativos que possibilitam a emissão de comportamentos que serão subsequentemente reforçados.

A busca pelo *Paraíso das Cachoeiras*, desde o momento em que a casa levanta voo até o desastroso encontro com Charles Muntz, ilustra o fato de que as pessoas mudam quando as contingências mudam. No início da viagem, Carl quer se livrar de Russell, pois acredita que o menino está lhe atrapalhando. De fato, ao longo de toda a viagem, Carl é um tanto impaciente com Russell, o que se agrava quando o menino faz amizade com um pássaro gigante (Kevin) e um cão falante (Dug) da floresta. Carl chega ao *Paraíso das Cachoeiras* com sua casa deteriorada e brigado com Russell, Kevin e Dug. Lá, ele revê o *Livro de Aventuras* e se emociona com as lembranças de tudo que viveu e dos sonhos que tinha. No fim do livro, encontra uma mensagem: “obrigada pela aventura – agora, vá viver uma nova. Com amor, Ellie”.

Este conselho parece ter provocado em Carl uma reavaliação das contingências que viveu ao longo de sua vida e a percepção de que talvez não valesse mais a pena valorizar seus antigos objetivos. Agora, era hora de dar uma chance às contingências, como diria Delitti (1997/2001). Isto fica evidente no filme quando Carl decide abandonar todos os seus móveis para resgatar Russell, Kevin e Dug, assim como ao concluir que “era só uma casa”, ao vê-la sendo arras-

tada pelo vento. Carl foi se tornando cada vez mais sensível aos novos estímulos presentes em sua vida e, com isso, modificando seu modo de ver o mundo.

Por fim, Carl e seus novos amigos regressam à civilização a bordo do *Espírito de Aventura* e passam a compor juntos um novo livro de aventuras. Carl, então, volta a ser um velhinho feliz, explicitando mais uma vez que sentimentos são oriundos de mudanças nas contingências. Os indivíduos mudam quando as contingências mudam. Neste sentido, Skinner (1983/1987) aponta: “o envelhecimento de uma pessoa, diferentemente do envelhecimento do organismo, depende de mudanças no ambiente físico e social. . . . Felizmente, o curso de desenvolvimento de um ambiente pode ser alterado, esse tipo de envelhecimento pode ser retardado” (p. 146).

Tendo isso em vista, Skinner e Vaughan (1983/1985) sugerem que a velhice pode e deve ser planejada e destacam:

Uma boa época para se pensar sobre a velhice é a juventude, porque então é possível melhorar as chances de vir a vivê-la bem quando chegar. . . . Todo mundo quer viver muito, mas ninguém deseja ser velho – ou pensar sobre o envelhecimento. . . . No entanto, é possível escrever um folheto colorido e atraente sobre a velhice. Ela não é tão má assim, e com planejamento pode tornar-se ainda melhor. (pp. 18-19)

Referências

- Delitti, M. (2001). Mudança do controle por regras falsas para o controle por contingências ou “dê uma chance para as contingências”. Em M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental* (Vol. 2, pp. 175-180). Santo André: ESETec. (Trabalho original publicado em 1997)
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (1987). Intellectual self-management in old age. Em B. F. Skinner (Org.), *Upon further reflection* (pp. 145-157). New Jersey: Prentice Hall. (Trabalho original publicado em 1983)
- Skinner, B. F. (1989). The place of feeling in the analysis of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 3-11). Columbus: Merrill. (Trabalho original publicado em 1987)
- Skinner, B. F., & Vaughan, M. E. (1985). *Viva bem a velhice: Aprendendo a programar a sua vida*. São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1983)

Instituição afiliada à ABPMC



Programa Ansiedade (AMBAN)



Fundado em 1952, o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (IPq-HC) tem funções de ensino e pesquisa ligadas à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Em 1985, a criação de um Ambulatório de Pesquisas em Ansiedade (AMBAN) representou um avanço significativo no sentido de se adequar à evolução da psiquiatria, sobretudo da área de ansiedade, naquela época.

Recentemente, a denominação do grupo foi alterada para *Programa Ansiedade*. Nele, diversas pesquisas são realizadas, tanto dissertações e teses quanto estudos temáticos, muitos deles financiados por órgãos de fomento. Além das pesquisas, o Programa Ansiedade também apresenta atividades de ensino e assistência. O grupo é composto por uma equipe multidisciplinar, de orientação eminentemente cognitivo-comportamental.

Uma das questões a respeito da prática clínica sempre foi (e ainda é): quem é este terapeuta cognitivo-comportamental? À primeira vista, dois fatores motivariam tal nomenclatura: (1) a identificação com a abordagem e/ou (2) com as técnicas desenvolvidas. Esse tema sempre interessou a equipe do AMBAN, estimulando o investimento na formação e supervisão em teoria e técnicas, além da divulgação da eficácia da abordagem cognitivo-comportamental.

Tendo em vista uma atuação multidisciplinar e oferecendo um diferencial na formação do profissional que deseja aprender, ampliar e cumprir seu papel na instituição de saúde mental de maneira crítica e atualizada, são realizadas diversas atividades didáticas no Programa Ansiedade. Os residentes atendem com supervisão no ambulatório didático e têm reuniões clínicas que, embora a eles dirigidas, são abertas aos profissionais da área da saúde que queiram se aprimorar em ansiedade. Os acadêmicos de medicina atuam na Liga de Ansiedade, com supervisão e orientação de leitura e seminários. É interessante

ressaltar que a supervisão dos residentes e dos acadêmicos de medicina é acompanhada por um terapeuta cognitivo-comportamental que auxilia na compreensão do caso.

Cursos abertos a profissionais de fora da instituição são oferecidos. Entre eles, o Curso de Aprimoramento para Profissionais de Saúde Mental – ministrado anualmente desde 1997 – e o Curso de Acompanhamento Terapêutico (AT) – oferecido semestralmente, desde 2000. Os professores têm uma formação diversificada. Tratam-se de analistas do comportamento, terapeutas cognitivos e terapeutas cognitivo-comportamentais.

A preocupação com a comunidade também levou o AMBAN à criação da Associação dos Portadores de Transtornos Ansiosos (APORTA), em 2003. Organização sem fins lucrativos, ela se propõe a auxiliar os portadores de transtornos de ansiedade na melhoria de sua qualidade de vida. A APORTA se formou a partir do interesse de pessoas que sofrem com transtornos ansiosos e do suporte científico de profissionais do AMBAN e do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (IPq- HCFMUSP).

Equipe Programa Ansiedade

Coordenação

Prof. Dr. Marcio Bernik

Prof. Dr. Francisco Lotufo Neto

Componentes

Alfredo Simonetti, André Furtado de Albuquerque, Andréa Vianna, Celia Ignácio, Daisy Hernandez, Fabio Corregiari, Felipe Corchs, Luciana Lima de Siqueira, Luiz Vicente Figueira de Mello, Marcionilo Gomes Laranjeiras, Marina Lisbona, Manoel Simão, Raquel Chilvarquer, Mariângela Savoia, Ricardo Muotri, Sergio Cabral, Silvia Scemes, Thiago Sampaio.